



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Clíticos, pronomes fortes, nulos e expressões lexicais no Português do Brasil: o caso da complementação

Luciana Diniz Cipriani

Brasília

2014

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Luciana Diniz Cipriani

**Clíticos, pronomes tônicos, nulos e expressões lexicais no Português do
Brasil em contexto de complementação**

Trabalho apresentado à disciplina Projeto de
Curso como requisito parcial para a conclusão
do curso de graduação em Letras – Português
da Universidade de Brasília sob orientação da
professora Dr.^a Heloísa Maria Moreira Lima
de Almeida Salles.

Brasília
2014

À minha família,
meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

Aos meus pais, pelo apoio e dedicação.

À Universidade de Brasília, por todo o corpo docente que me proporcionou crescimento e aprendizado.

À professora Dr.^a Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles, pela orientação, apoio e confiança.

“Minha pátria é a língua portuguesa.”

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Este trabalho pretende investigar a distribuição de clíticos, pronomes tônicos, nulos e expressões lexicais em contexto de complementação no Português Brasileiro. Para isso, foram utilizados os dados de Cardozo e Cipriani (2014) com entrevistas de estudantes de Agronomia, Letras e Medicina da Universidade de Brasília. No primeiro momento, foram investigados os aspectos motivadores para a presença ou ausência dos clíticos, bem como sua colocação. No segundo momento, foram exploradas as estratégias de retomada anafórica – por repetição, por pronome demonstrativo e pela realização nula do objeto.

Palavras-chave: clíticos, pronomes tônicos, nulos, expressões lexicais, Português Brasileiro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAdn: Adjunto Adnominal.

AAAdv: Adjunto Adverbial.

EPP: Princípio da Projeção Estendida.

GT: Gramática Tradicional.

IIS: Índice de Indeterminação do Sujeito.

OD: Objeto Direto.

ON: Objeto Nulo.

OSS: Oração Subordinada Substantiva.

PB: Português Brasileiro.

PE: Português Europeu.

SN: Sintagma Nominal.

UnB: Universidade de Brasília.

VTD: Verbo Transitivo Direto.

VTDPi: Verbo Transitivo Direto pronominal e Indireto.

VTDP Pred.: Verbo Transitivo Direto pronominal + Predicativo.

VTI: Verbo Transitivo Indireto.

Spec: Especificador

SV: Sintagma Verbal.

T: Tempo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	13
1.1. A PRESENÇA DOS CLÍTICOS.....	15
1.1.1. Tipos de estruturas.....	16
1.1.2. O papel da partícula negativa.....	20
1.2. A AUSÊNCIA DOS CLÍTICOS.....	20
1.2.1. O papel da locução verbal.....	21
1.2.2. A escolha lexical: o verbo <i>formar(-se)</i>	22
1.2.3. O papel do tipo frasal: a frase imperativa.....	23
CAPÍTULO 2. ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE RETOMADA ANAFÓRICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	26
2.1. RETOMADA ANAFÓRICA POR REPETIÇÕES.....	28
2.1.1. Verbo <i>ter</i>	29
2.1.2. A especificidade como fator para a repetição do SN.....	40
2.2. RETOMADA ANAFÓRICA PRONOMINAL.....	43
2.2.1. Pronome pessoal tônico (do caso reto).....	44
2.2.1.1. Pronome <i>ela</i> como objeto direto.....	44
2.2.2. Pronome Demonstrativo.....	49
2.2.3. Pronome Possessivo.....	50
2.3. RETOMADA ANAFÓRICA COMO CATEGORIA VAZIA DE OBJETO.....	51
CAPÍTULO 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto central de análise investigar a ocorrência dos clíticos, dos pronomes tônicos e nulos e das expressões lexicais na estrutura oracional do Português Brasileiro (PB). Esse tema foi escolhido devido a uma curiosidade acerca da utilização dos clíticos no PB, se eles ainda possuem produtividade ou se estão sendo substituídos por outras estruturas.

Os dados aqui analisados foram coletados no trabalho de Cardozo e Cipriani (2014), os quais realizaram entrevistas com estudantes de Agronomia, Letras e Medicina da Universidade de Brasília. Esses dados foram selecionados por serem recentes, já que foram coletados no primeiro semestre de 2014, e por serem produções de falantes com educação superior incompleta, e com idades semelhantes. Além disso, verificou-se uma riqueza de informações que possibilita explorar o tema deste trabalho.

O primeiro capítulo *Os clíticos no Português Brasileiro* destina-se a explorar a presença em contraste com a ausência dos clíticos, além de discutir acerca da posição proclítica no Português Brasileiro. Para isso, será proposta uma caracterização dos clíticos, no âmbito da linguística (Monteiro, 1994; Perini, 1996; Martins, 2013) e da Gramática Tradicional (Bechara, 2001), seguida de uma reflexão acerca da colocação pronominal, com ênfase nos fatores que propiciam a próclise, destacando as considerações de Lobo (2002).

Esse capítulo está dividido em duas partes – *A presença dos clíticos no PB* e *A ausência dos clíticos no PB*. A primeira parte se divide em: (i) *Tipos de estrutura*, que serão analisadas as estruturas com verbos pronominais, com índice de indeterminação do sujeito (IIS) e com verbos recíprocos, além de considerar os estudos de Galves e Abaurre (1996) na formulação de hipóteses; e uma reflexão acerca da próclise, destacando os estudos de Perini (1996), Lobo (2002), Matto e Silva & Machado Filho (2009); e (ii) *O papel da partícula negativa*, que será analisado de que forma o elemento negativo favorece a presença dos clíticos.

A segunda parte está dividida em outras três, correspondentes às hipóteses propostas para se explicar a ausência de clíticos nas sentenças coletadas: (i) *O papel da locução verbal*,

(ii) *A escolha lexical: o verbo formar(-se)* e (iii) *O papel do tipo frasal: a frase imperativa*. Para essa análise, serão levados em consideração os estudos de Cunha & Cintra (2001), Luft (2001), Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007).

Destaca-se que a abordagem desse primeiro capítulo é essencial para a compreensão do segundo capítulo, intitulado *Estratégias alternativas de retomada anafórica no Português Brasileiro*, visto que introduz uma discussão a respeito da ocorrência dos clíticos no PB, esclarecendo que algumas estruturas favorecem a sua ausência ainda que a GT defenda a sua utilização.

No segundo capítulo, será proposta uma discussão a respeito das estratégias de retomada anafórica no PB – por repetição, por pronome e por categoria vazia de objeto. Antes, porém, será proposta uma conceituação do termo anáfora, considerando-se os estudos de Marcuschi (2001), Chagas e Trautwein (2008) e Hora (2014), além de uma reflexão acerca da mudança de posição dos clíticos no PB, destacando-se Oliveira (2007).

Será explorada, primeiramente, a retomada anafórica por repetição. Essa análise envolverá as sentenças existenciais construídas com o verbo *ter*, visto que existe uma considerável quantidade de retomadas anafóricas por repetições nesse tipo construção. Para discutir esse fenômeno, propomos, como embasamento teórico, os estudos de Viotti (2000). Além disso, considerar-se-á o papel da especificidade do SN na posição de complemento, como fator para a repetição do Sintagma Nominal.

Outras formas de retomada anafórica a serem discutidas são a retomada pronominal envolvendo os pronomes pessoal, demonstrativo e possessivo e o pronome realizado como categoria nula. Nessa última, serão levados em consideração os estudos de Cyrino (1994), Neves (2000), Menuzzi e Creus (2005).

Destaca-se que nas três estratégias de retomada anafórica serão propostas outras tentativas para detectar quais outros termos anafóricos seriam possíveis nas sentenças, a fim de se chegar a conclusões acerca de cada utilização de estratégias.

Por fim, convém ressaltar que a análise deste trabalho não pretende esgotar o tema, fazendo-se análises exaustivas das sentenças, tampouco esclarecer todos os fenômenos que contribuíram para a ocorrência ou não dos clíticos e para a ocorrência das retomadas

anafóricas, mas iniciar uma reflexão, elucidando algumas observações a partir das características do *corpus* e propondo hipóteses para explicar determinado fenômeno.

CAPÍTULO 1. OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A colocação dos pronomes oblíquos átonos no Português Brasileiro (PB) é um tema que gera muitas discussões na linguística, pois a sua utilização pelos falantes apresenta variações. A fim de obter um aprofundamento sobre esse tema, serão analisadas algumas sentenças retiradas dos estudos de Cardozo e Cipriani (2014)¹.

Esta primeira parte do trabalho dedica-se a conhecer a frequência com que os clíticos aparecem na língua falada dos brasilienses, estabelecer quais são os fatores linguísticos que permitem a utilização ou a omissão dos clíticos e investigar quais contextos sintáticos são favoráveis às escolhas feitas pelos falantes. Além disso, será feito um estudo acerca da próclise no PB.

Antes, porém, de dar início aos dados coletados e às respectivas análises, é necessário que se compreenda o que são os clíticos, quais são as características que a Gramática Tradicional (GT) e os linguistas identificam bem como a discussão proposta a respeito da posição desses clíticos no PB vernacular.

No que diz respeito à GT, Bechara (2001)² não utiliza o termo ‘clítico’, recorrendo ao termo ‘pronome átono’, e observa que esse elemento pode assumir três posições em relação ao vocábulo tônico: a ênclise (depois do verbo), a mesóclise (no meio do verbo) e a próclise (antes do verbo).

Monteiro (1994)³ defende que os clíticos são vocábulos sem autonomia que sempre se juntam a uma forma livre, ou se localizam em uma posição fixa — quando sempre ocorrem antes do nome, como os artigos definidos e as preposições átonas — ou em posição variável, podendo aparecer antes ou depois dos verbos a que se associam.

¹ CARDOSO, G. C. & CIPRIANI, L. D. *A gente concorda ou discorda? O ensino superior e a concordância verbal*. Brasília: UNB, 2014.

² BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

³ MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

Perini (1996⁴, p. 230) conceitua os clíticos como “as formas *me, o, se, lhe, nos*, (além das pouco utilizadas *te, vos*). Essas formas são flexões dos itens *eu, ele, nós (tu, vós)* e se posicionam dentro da oração segundo princípios próprios.”

Segundo Martins (2013)⁵, o clítico é definido como um item lexical sem acento prosódico atribuído no léxico, mas possui certa liberdade posicional. Essa ausência de acento faz com que o clítico dependa necessariamente de uma palavra adjacente acentuada e se ligue a ela. O processo de ligação do clítico a essa palavra chama-se cliticização.

No que diz respeito à próclise, Lobo (2002)⁶ defende que, tanto a partir de uma perspectiva teórica gerativista, quanto a partir de uma perspectiva teórica sociolinguística, a posição imediatamente pré-verbal é a forma normal de colocação do clítico no português vernáculo brasileiro contemporâneo. Ou seja, independentemente de qual seja o contexto sintático, o clítico ocorre anteposto ao verbo, e dele depende fonologicamente, sendo, portanto, proclítico.

Lobo (2002) afirma ainda que, para se explicar a manutenção da colocação dos clíticos em posição pós-verbal, é necessário levar em consideração não apenas o fator social do fenômeno – a norma padrão difundida pelo sistema escolar aos indivíduos escolarizados –, mas também o fator linguístico, pois a ocorrência da colocação pós-verbal não é idêntica em todos os contextos sintáticos.

Considerando que o segundo capítulo se dedica a conhecer quais são as estratégias de retomada anafórica do Sintagma Nominal (SN)⁷ antecedente no PB falado por estudantes universitários, destaca-se que a abordagem desse primeiro capítulo é essencial para a sua compreensão, visto que introduz uma discussão a respeito da ocorrência dos clíticos no PB, esclarecendo que algumas estruturas favorecem à sua ausência, independentemente das recomendações da GT para a colocação dos clíticos.

⁴ PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

⁵ MARTINS, A. M. A posição dos pronomes pessoais clíticos. *Gramática do Português*, organizada por Eduardo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar, Maria Antónia Mota, Luísa Segura & Amália Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2231-2302. 2013.

⁶ LOBO, T. *A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão*. In: SILVA *et al.* (Orgs.) *O Português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA, 2002.

⁷ A expressão Sintagma Nominal (SN) refere-se às expressões/locuções nominais, também denominadas como Sintagma de Determinante (DP) pela Teoria Gerativa.

Embora, no *corpus* coletado, tenha-se encontrado estruturas que substituam ou até mesmo supram a utilização do clítico, também foram encontradas estruturas em que os falantes ainda mantêm a sua presença. Por isso, este primeiro capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, será discutida a presença dos clíticos – estruturas com verbos pronominais, com IIS e com verbos recíprocos, além de discutir-se a respeito da próclise. Na segunda será discutida a ausência dos clíticos – estruturas com locução verbal, com o verbo *formar-se* e com a frase imperativa.

1.1. A PRESENÇA DOS CLÍTICOS

Nas últimas décadas, vários estudiosos (Cyrino, 1994⁸; Monteiro, 1994; Galves, 1996⁹; Nunes, 1996¹⁰; Lobo, 2002; entre outros) afirmaram, em suas pesquisas, que a utilização do clítico, recomendado pela GT, apresenta baixa ou nenhuma produtividade, possibilitando, desta maneira, o surgimento de outras estratégias para a sua utilização.

Embora os autores citem a baixa produtividade dos clíticos no PB, foram encontradas no *corpus* coletado algumas estruturas em que os clíticos ainda ocorrem. A fim de se compreender quais fatores favoreceram a sua utilização, será proposta uma análise de cada sentença coletada.

Esta seção está dividida em duas partes, que dizem respeito às duas hipóteses principais. Na primeira, intitulada *Tipos de estruturas*, será proposta uma discussão em torno de estruturas com verbos pronominais, com IIS e com verbos recíprocos, além de discutir-se a respeito da predominância da próclise. Na segunda, intitulada *O papel da partícula negativa*, serão retomadas as estruturas que contenham a partícula negativa para explorar-se a respeito de uma suposta influência desse elemento na presença dos clíticos.

⁸ CYRINO, S. M. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático - diacrônico*. 1994. 217 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Linguística, Universidade de Campinas. São Paulo. 1994.

⁹ GALVES, C. *O enfraquecimento da concordância no português brasileiro*. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

¹⁰ NUNES, J. *Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro*. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

1.1.1. Tipos de estrutura

Nas sentenças a seguir, encontram-se estruturas com verbos diferentes, porém com uma característica semelhante: a presença dos clíticos. Esses dados são importantes, pois evidenciam que, embora os clíticos estejam sendo substituídos por outras estratégias ou até mesmo suprimidos, em alguns casos, eles ainda são utilizados. Dessa forma, observemos as sentenças coletadas:

1. (a) a gente percebe que não *se* faz questão de [...]
- (b) não *me* refiro aqui somente ao curso de Medicina [...]
- (c) eu não *me* lembro de nenhuma específica.
- (d) Assim, a história mais divertida, mais engraçada de que você *se* lembra.
- (e) A história mais engraçada de que eu *me* lembro.
- (f) O que eu mais gosto, que até hoje eu *me* lembro é recepção dos calouros.
- (g) A gente vai Ø conhecendo e vai *se* entrosando.

Observa-se que, em (1a) tem-se um IIS que, inserido em um processo, gera um verbo pronominal *fazer-se*. Em (1b) e (1c), há verbos pronominais *referir-se a* e *lembrar-se de* respectivamente. De acordo com Luft (2001), *referir-se a* e *lembrar-se de* é verbo transitivo direto pronominal e indireto (VTpI).

Em (1d) e (1e) há a presença do verbo *lembrar-se* juntamente com a preposição *de*. Por outro lado, em (1f), há a presença do verbo *lembrar-se* sem a utilização da preposição. Segundo Luft (2001)¹¹,

lembrar de alguém ou de algo é inovação, derivada de Lembrar-se de alguém ou de algo, por despronominação (perda do reflexivo). Sintaxe condenada por gramáticos (Cunha: 491; Cegalla: 416; Lessa: 192; etc.), mas inserida na deriva da língua, onde é processo natural [...] (LUFT, 2001, p. 351)

Destaca-se, portanto, que a construção em (1f) é condenada pelos gramáticos, visto que, no caso do verbo *lembrar*, defendem a utilização da preposição quando se opta pela utilização de sua forma pronominal. Por outro lado, permitem a ausência do pronome quando o verbo é utilizado como VTD.

¹¹ LUFT, C. P. *Dicionário Prático de Regência Verbal*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

Além disso, verifica-se que, no âmbito da GT, a sentença (1f) seria utilizada da seguinte maneira:

2. (a) Do que eu mais gosto, que até hoje eu me lembro é da recepção dos calouros.
- (b) Do que eu mais gosto, que até hoje eu lembro é a recepção dos calouros.

Como se observa, foi acrescentada, em ambas as sentenças, a preposição *de*, no termo realizado na primeira posição, pois *gostar* é verbo transitivo indireto (VTI). Além disso, em (2a) foi acrescentada a preposição *de*, pois no uso pronominal, *lembrar-se* é verbo transitivo direto pronominal e indireto (VTDpI). Por fim, em (2b) tem-se o verbo transitivo direto (VTD) *lembrar*.

Por fim, na sentença (1g), destacam-se dois verbos na voz reflexiva recíproca – *conhecer* e *entrosar* – realizados em uma configuração de duas locuções verbais. No âmbito da GT, Cunha & Cintra (2001, p. 408) conceituam o valor recíproco dentro do verbo reflexivo:

Distingue-se, na prática, o verbo reflexivo do verbo pronominal porque ao primeiro se podem acrescentar, conforme a pessoa, as expressões a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo, etc. Quando o reflexivo tem valor recíproco, as expressões reforçativas passam a ser um ao outro, reciprocamente, mutualmente, etc.

Nota-se que, nessa sentença, embora o clítico esteja ausente no primeiro verbo, ele está presente no segundo. A hipótese que proponho para a presença do clítico no verbo *entrosar* é que esse verbo nunca é utilizado como VTD, diferentemente do verbo *conhecer* – que será discutido no tópico *ausência dos clíticos*. Para melhor entendimento, observe o que Luft (2001) propõe acerca do verbo *entrosar*:

1. TD(I): *entrosá-lo (em...)*. **Int:** *entrosar*. Encaixar(-se); engrenar(-se): *Entrosar os dentes das rodas (uns nos outros). Os dentes da roda entrosam bem. Entrosar peças (no conjunto).* // **2. TD(I):** *entrosá-lo (com...)*. **Int** ou **TI:** *entrosar (com...)* (Fazer) adquirir amizades; relacionar(-se): *Entrosar novos funcionários (com os antigos). O novo funcionário entrosou bem (com os mais antigos).* (LUFT, 2001, p. 258, grifos do autor)

Observa-se que o verbo *entrosar*, na sentença (1g) possui o mesmo sentido de *relacionar-se*. Dessa forma, a ausência do clítico *a gente vai Ø entrosando* não possui sentido sem o pronome *se*.

Nos estudos de Galves e Abaurre (1996), observou-se uma nítida proeminência do pronome *se*, em relação aos demais clíticos, o que pode parecer paradoxal uma vez que vários trabalhos apontam para a seu desaparecimento. Contudo, uma observação mais detalhada revelou que a grande maioria dessas ocorrências correspondia a sentenças que apresentavam o verbo pronominal (e não a verbos reflexivos ou reflexivos recíprocos).

Os dados analisados em (1) corroboram a hipótese de Galves e Abaurre (1996), já que a ocorrência dos clíticos *se* e *me* – exceto na sentença (1g), em que ocorrem verbos recíprocos – são decorrentes da natureza pronominal dos verbos. Não obstante, observou-se, no *corpus* coletado – que será analisado no próximo tópico – a ausência do clítico em sentenças que apresentam os verbos pronominais *lembrar-se*, quando inseridos em estrutura de locução verbal, e *formar-se* em estruturas simples.

A presença dos clíticos destacada nas sentenças anteriores possibilitou uma discussão interessante acerca de seu posicionamento. Esse tema é discutido por diversos estudiosos (Perini, 1996; Lobo, 2002; Mattos e Silva & Machado Filho, 2009¹²; Castilho, 2010¹³; entre outros) os quais apontam, em suas pesquisas, que, no PB, há uma predominância da utilização dos clíticos em posição proclítica.

Verifica-se, nas pesquisas de Lobo (2002), que a ocorrência da colocação pós-verbal dos clíticos está em declínio. Esse aspecto pode ser percebido também na fala de indivíduos brasileiros escolarizados em situação formal de comunicação.

Scherre *et al.* (2007)¹⁴ também seguem esse raciocínio afirmando que o PB é uma língua essencialmente proclítica. Segundo esses autores, o PB herdou esta característica do português clássico, cujas implicações são estendidas para o contexto da posição inicial absoluta, tendo em vista, no entender de Carvalho (1989: 432-433), o fato de o PB evidenciar padrão prosódico que estabelece ligação com elementos seguintes, à direita, e não com elementos precedentes, à esquerda (Cf. Nunes 1993; Vieira 2003: 54-56; Vieira 2007).

Mattos e Silva & Machado Filho (2009) ressaltam que a gramática do Português Europeu (PE) opera o clítico na direção da esquerda para a direita, o que possibilita que a Lei

¹² MATTOS E SILVA, R. V; MACHADO FILHO, A. V. L. *Entre duas diásporas: o português e as línguas africanas no Brasil*. In: OLIVEIRA, K. *et al.* (Orgs). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009. 329 p.

¹³ CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

¹⁴ SCHERRE *et al.* *Reflexões sobre o imperativo em português*. Brasília: UNB. 2007.

Tobler-Mussafia¹⁵ se mantenha produtiva nessa variedade da língua. No Português do Brasil (PB), entretanto, a cliticização se realiza no sentido inverso, ou seja, da direita para a esquerda, permitindo que construções idênticas a *Lhe vi ontem* sejam perfeitamente gramaticais.

No âmbito da GT, Cunha & Cintra (2001, p. 316) afirmam que “a colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica”. Dentre outras características do PB, eles destacam a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação.

Corroborando os estudos dos autores citados, observou-se, neste trabalho, a presença da próclise em todas as sentenças em (1). Mesmo que os estudiosos apontem a predominância da próclise, propõe-se discutir os possíveis elementos que favoreceram a posição proclítica.

Nas sentenças (1a), (1b) e (1c), a hipótese que se postula para o favorecimento da próclise é a presença da partícula negativa. No âmbito da GT, Cunha & Cintra (2001) observam que as orações em que ocorre a palavra negativa (*não, nunca, jamais, ninguém, nada*, etc.) encontrada a próclise, desde que entre a negação e o verbo não haja pausa.

Nas demais sentenças (1d), (1e), (1f) e (1g), também há ocorrência de próclise, porém, não há nenhuma regra gramatical que justifique sua utilização. Ressalta-se que a posição proclítica assumida pelo pronome átono em (1g) *vai se entrosando* está em desacordo com a GT. De acordo com Cunha & Cintra (2001), nas locuções verbais em que o verbo principal está no infinitivo ou no gerúndio, dá-se a ênclise. Além disso, segundo Rocha Lima (1985)¹⁶, na coordenação, os pronomes átonos pospostos ao verbo, repetem-se junto de cada verbo. Seguindo esse posicionamento, a frase seria representada por *a gente vai conhecendo-se e vai entrosando-se*.

Embora as três primeiras sentenças estejam de acordo com a GT, defende-se, neste trabalho, que os falantes não recorreram a essa regra gramatical para elaborar suas sentenças, mas sim à preferência pelos falantes brasileiros de utilizarem a próclise. Portanto, esse posicionamento é condizente com a postura dos estudiosos citados, visto que defendem que a

¹⁵ A Lei de Tobler Mussafia proíbe um pronome clítico aparecer em posição inicial de frase.

¹⁶ ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

posição imediatamente pré-verbal é a forma normal de colocação do clítico no português vernáculo brasileiro contemporâneo.

1.1.2. O papel da partícula negativa

No tópico anterior, discutiram-se as estruturas favoráveis à presença dos clíticos. Porém, verificou-se que as três primeiras sentenças permitem uma discussão em torno da presença da partícula negativa. Por isso, as sentenças serão retomadas como (3a), (3b) e (3c):

3. (a) a gente percebe que **não** *se* faz questão de [...]
- (b) **não** *me* refiro aqui somente ao curso de Medicina [...]
- (c) eu **não** *me* lembro de nenhuma específica.

Nota-se que a presença dos clíticos em todas as sentenças que possuem a partícula negativa. Esse fenômeno possibilita explorar a hipótese de haver influência da partícula negativa na utilização dos pronomes átonos. Embora, no tópico anterior, tenha se chegado à conclusão de que o verbo pronominal é favorecedor para a presença dos clíticos, propõe-se, neste tópico, uma complementação dessa hipótese, já que as sentenças em (3a), (3b) e (3c) permitem reconhecer que a partícula negativa também pode ser um favorecedor da presença dos clíticos. Essa hipótese será investigada em confronto com as estruturas em que o clítico poderia estar presente, mas não ocorre. Como será demonstrado, a ausência do clítico está associada a sentenças afirmativas.

1.2. A AUSÊNCIA DOS CLÍTICOS

Em contraponto ao que se apresentou na seção 1.1., nesta seção será proposta uma análise das sentenças em que foi verificada a ausência dos clíticos – que, basicamente, ocorreu em três casos: (i) com a locução verbal, (ii) com o verbo *formar(-se)* e (iii) com a frase imperativa.

Conquanto a GT defenda o uso dos clíticos e postule algumas regras de utilização, conforme mencionado anteriormente, vários linguistas afirmam que sua ocorrência no PB vem apresentando, ao longo do tempo, baixa ou nenhuma produtividade, possibilitando, dessa maneira, o surgimento de outras formas estratégicas para a sua utilização.

Oliveira (2007)¹⁷ ressalta que as pesquisas de Cyrino (1996, 1997); Galves (1996, 2001); Nunes (1996); Pagotto (1996); e Duarte (1989) mostram que a mudança dos clíticos abrange dois aspectos: (i) sua posição mudou, pois a próclise passou a ser a tendência geral; e (ii) houve uma queda em sua ocorrência – esses elementos estão cada vez menos frequentes na língua, principalmente o clítico acusativo de 3ª pessoa.

Destarte, esta seção se dedica à análise das situações oracionais em que há a ausência do clítico, ainda que a GT afirme sua obrigatoriedade. Assim, a seção está dividida em três partes correspondentes às três hipóteses propostas para se explicar a ausência de clíticos nas sentenças coletadas intituladas: *O papel da locução verbal*, *A escolha lexical: o verbo 'formar(-se)'* e *O papel do tipo frasal: a frase imperativa*.

1.2.1. *O papel da locução verbal*

No capítulo anterior, apontou-se a hipótese de que o verbo pronominal favorece a utilização dos clíticos pelos falantes. Porém, esse argumento não é válido para se explicar as sentenças em (4):

4. (a) O pessoal vai Ø lembrando.
- (b) Eu acabo Ø lembrando de algumas coisas.
- (c) A gente vai Ø conhecendo e vai *se* entrosando.

Nesses casos, embora haja a presença do verbo pronominal *lembrar-se* em (4a) e (4b), o clítico não aparece. Não se pode concluir, contudo, que a hipótese desenvolvida no tópico anterior – em (1) – está comprometida, pois, destaca-se que, diferentemente do que foi analisado anteriormente, em (4a) e (4b) o verbo pronominal *lembrar-se* está inserido em

¹⁷ OLIVEIRA, S. M. *Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. vol. 5, n. 9. 2007.

locução verbal. Essa característica é importante, visto que permite a formulação de mais uma hipótese: a presença de locuções verbais em frases com o verbo pronominal como não favorecedora da utilização de pronome.

No que diz respeito à sentença (4c), destaca-se a presença de verbos principais recíprocos – *conhecer* e *entrosar* e duas locuções verbais. No tópico anterior, discutiu-se acerca da presença do clítico no verbo *entrosar*. Por outro lado, neste tópico será discutida a ausência do clítico no verbo *conhecer*.

A hipótese que proponho para essa ausência diz respeito à transitividade do verbo *conhecer* que, diferentemente do verbo *entrosar*, presente no mesmo período, é amplamente utilizado como VTD, por isso, a ausência do clítico ou leva a uma leitura transitiva, embora seja possível a reinterpretação como reflexivo, diante da coordenação com o verbo reflexivo no mesmo período em configuração coordenada. Deixaremos essa questão em aberto.

1.2.2. A escolha lexical: o verbo *formar(-se)*

Em sentenças coletadas, foram encontradas duas ocorrências do verbo pronominal *formar-se* e, em ambas, o verbo foi utilizado sem a presença do clítico. Observe-se as sentenças em (5) para melhor compreensão:

5. (a) Você já formou em Letras?
- (b) Formaremos, né, engenheiros agrônomos.

Segundo Luft (2001), *formar-se (em...)* é VTDpI. Destaca-se que esse verbo adquire essa transitividade quando possui o sentido de *educar-se em algo* – conforme se observa em (5a). Nota-se que semanticamente, na sentença (5b), o verbo possui o mesmo sentido de *formar-se em*, pois se entende que os estudantes de agronomia formar-se-ão em engenharia agrônoma. Por outro lado, sintaticamente, o verbo adquire o mesmo sentido de *tornar-se*. Segundo Luft, *tornar-se* é verbo transitivo direto pronominal + predicativo (VTDp Pred.), quando significa *vir a ser (algo)*. Percebe-se que sintaticamente, a sentença permite ser interpretada como: *tornar-nos-emos engenheiros agrônomos*.

1.2.3. O papel do tipo frasal: a frase imperativa

Nos dados coletados, observou-se a substituição de um pronome oblíquo átono por um pronome pessoal do caso reto em frase imperativa. Essa estratégia já foi discutida nos trabalhos de Scherre (2007)¹⁸ e Scherre *et al.* (2007). Portanto, serão utilizados ambos os trabalhos a fim de se obter embasamento teórico para a pesquisa desse tópico.

Assim, de forma a dar início à análise, observemos a sentença seguinte:

6. Deixa *eu* ver.

Nota-se que a sentença (6) apresenta dois fenômenos interessantes: (i) a mudança do verbo *deixe* por *deixa*; e (ii) a substituição do pronome oblíquo *me* pelo pronome pessoal do caso reto *eu*.

No que diz respeito ao primeiro fenômeno, no âmbito da GT, Cunha & Cintra (2001, p. 476) defendem que há, em português, dois imperativos: um afirmativo, outro negativo. O imperativo afirmativo – forma que se apresenta em (6) – “possui formas próprias somente para as segundas pessoas do singular (sujeito *tu*) e do plural (sujeito *vós*). As demais pessoas são expressas pelas formas correspondentes do presente do subjuntivo”.

A pesquisa de Scherre (2007) propõe obter um entendimento acerca do uso variável do imperativo gramatical em português que substitui, cada vez mais, as formas *deixe*, *receba*, *abra*, *dê*, *diga*, *vá*, oriundas do subjuntivo, pelas formas *deixa*, *recebe*, *abre*, *dá*, *diz*, *vai*, relacionadas ao paradigma do indicativo. Para isso, a autora faz um contraponto com as regras da GT, afirmando uma associação diacrônica desta com o imperativo latino:

(...) quando a tradição gramatical registra que o português tem imperativo próprio apenas para as segundas pessoas, ela está se reportando a uma verdade diacrônica, associando as formas imperativas do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* ao imperativo latino, um modo verbal distinto do modo indicativo, cuja segunda pessoa singular é derivada da forma infinitiva sem a última sílaba (ALMEIDA, 1995, p.211; GARCIA, 2000, p.59-60; FURLAN, 2006, p.85). (SCHERRE, 2007, P. 195)

Essa argumentação é esclarecida quando Scherre (2007, p. 197) apresenta as palavras tanto em latim, quanto em português. No que diz respeito ao verbo *deixa* – exposto na sentença em (6) – a autora salienta as duas respectivamente: (i) no infinitivo, *laxare* vs.

¹⁸ SCHERRE, M. M. P. *Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro*. São Paulo: Alfa, 2007.

deixar; (ii) segunda pessoa do imperativo afirmativo singular, *laxa vs. deixa*; (iii) segunda pessoa singular do presente indicativo, *laxas vs. deixa/deixas* e (iv) terceira pessoa singular do presente indicativo, *laxat vs. deixa*.

No *corpus* coletado por Scherre (2007) observou-se, em diálogos espontâneos, o predomínio da forma imperativa do tipo *deixa; recebe; abre; dá; diz; vai*, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, excetuando-se, portanto, apenas o Nordeste, que revela maior frequência da forma imperativa do tipo *deixe; receba; abra; dê; diga; vá* ou o uso variável das duas formas (*deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá*).

Uma das hipóteses encontradas no trabalho de Scherre (2007) para a utilização, em frases imperativas, do verbo *deixa* – utilizado na sentença em (6) – em detrimento do verbo *deixe*, recomendado pelas GTs, é a inserção do pronome *você* no sistema¹⁹. Isso ocorre, segundo a autora, porque esse pronome incorpora o traço de mais proximidade, estabelecendo uma reorganização do sistema.

Ressalta-se que o pronome *você*, sincronicamente, apresenta forma verbal em neutralização com a de terceira pessoa singular *ele/ela*. Esse aspecto pode ser evidenciado se acrescentarmos esses sujeitos na sentença em (6). Observe:

7. (a) (Você) deixa eu ver.
- (b) (Ele/ela) deixa eu ver.

Observa-se que em (7) tanto o sujeito *você*, quanto o *ele/ela* seria aceitável na fala dos brasileiros. Observe ainda que, segundo os dados de Scherre (2007), o pronome *tu* não é comumente encontrado na fala dos brasileiros – apenas nas regiões Sul, Norte e Nordeste – por isso, a sentença (*tu*) *deixa eu pensar*, não foi considerado nesse trabalho.

No que diz respeito ao segundo fenômeno – substituição do pronome oblíquo *me* pelo pronome pessoal do caso reto *eu* – Scherre (2007, p. 212) ressalta, em seu trabalho, que, a partir de 1983, há uma tendência no PB em usar o pronome reto na posição oblíqua, além de ressaltar o frequente uso da próclise:

¹⁹ Estudos sobre aspectos sócio-históricos e sobre a gramaticalização do pronome *você* podem ser encontrados, por exemplo, nos textos de Faraco (1996); Pitombo (1998); Lucca (2003); Lopes e Duarte (2003).

É também a partir de 1983 que a forma considerada brasileira de usar o pronome reto na posição da forma oblíqua se observa nos dados que estamos analisando, com aumento constante de uso da forma do tipo *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* nesse contexto sintático até chegar a 100% nos dados do século XXI.

Scherre *et al.* (2007) também afirmam, a partir de seus dados, que há uma tendência crescente de substituição do pronome oblíquo pelo pronome da forma reta depois do verbo, mesmo em diálogos escritos.

O estudo de Rocha (2010)²⁰, a partir dos dados obtidos no trabalho de Scherre (2007) e Scherre *et al.* (2007), considera, em seu trabalho, que há uma preferência pelo pronome pessoal reto em sentenças imperativas. A autora ressalta que há uma maciça ocorrência de pronomes retos em estruturas do tipo “*deixa eu ver*” – exatamente a forma que foi encontrada na sentença em (6) – com o verbo principal no imperativo e o complemento do verbo principal funcionando como sujeito da encaixada.

Por fim, pode-se concluir que essa grande difusão do uso da forma reta de primeira pessoa em contextos não nominativos parece mostrar que, embora seja proibido pelas GTs, esse recurso é altamente produtivo.

²⁰ ROCHA, R. M. *Morfossintaxe de Caso nos Pronomes Pessoais do PB/MG atual*. Tese (Mestrado em Linguística Teórica Descritiva). Departamento em Linguística, Universidade de Minas Gerais, 2010.

CAPÍTULO 2. AS ESTRATÉGIAS DE RETOMADA ANAFÓRICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

No capítulo anterior, discutiu-se acerca da ocorrência *vs* ausência dos clíticos no PB, considerando a fala de alguns estudantes da UnB. Destacou-se que os resultados confirmam a hipótese de que a presença dos clíticos está cada vez menos frequente no PB, incluindo-se falantes escolarizados.

Notou-se a ocorrência dos clíticos em sete sentenças e sua ausência em seis. Embora, a ocorrência e a ausência dos clíticos sejam quase equivalentes em número, verifica-se que, nas seis sentenças em que os falantes não fizeram o uso do clítico aconselhado pela GT (Cunha & Cintra, 2001; Bechara, 2001; entre outros), é possível identificar uma relação com um fator estrutural ou lexical. Igualmente, nos contextos de presença, identificamos fator estrutural associado à voz verbal e lexical. Esses dados são relevantes, visto que desencadeiam reflexões a respeito das motivações que condicionam os falantes a reduzir a utilização dos clíticos, além das consequências para a construção das sentenças, uma vez que alternativas devem surgir ao uso dessas categorias.

Destarte, esta segunda parte do estudo propõe estudar uma das consequências provenientes da redução na ocorrência dos clíticos. Para isso, será levado em consideração o mesmo *corpus* utilizado no estudo da primeira parte, objetivando-se analisar a ocorrência da retomada anafórica do SN no português falado no Brasil, em que se verificam usos alternativos à pronominalização.

Antes de iniciarmos a análise dos dados coletados, é importante que se entenda o significado do termo anáfora. Segundo Hora (2014)²¹, esse termo é proveniente do grego e significa literalmente carregar para trás. Por isso, a anáfora é um fenômeno discursivo-textual que tem o objetivo de retomar um elemento já mencionado no discurso ou no texto.

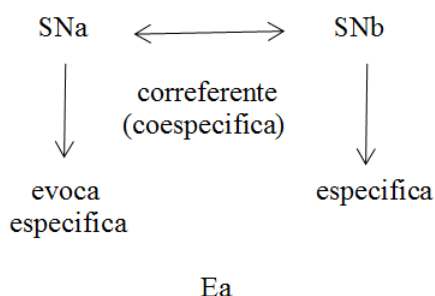
A autora ressalta que a relação anafórica se dá por meio do estabelecimento da correferência – relação existente entre dois ou mais termos que referem a mesma entidade – entre uma expressão anafórica e o seu antecedente. Isso significa que para compreender a

²¹ HORA, K. F. P. N. A. da. *O processamento da correferência pronominal anafórica em estruturas complexas do português brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 2014.

sentença, é necessário que o leitor/ouvinte estabeleça correferência entre a expressão nominal antecedente e o associado.

Nos dados coletados, observou-se a ocorrência de anáforas diretas que, segundo Chagas e Trautwein (2008)²², geralmente reportam referentes previamente introduzidos no texto em uma relação de correferência entre os elementos e ocasiona um processo de reativação dos referentes prévios, diferentemente das anáforas indiretas, em que não existe congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente, e que não serão consideradas neste estudo.

Marcuschi (2001, p. 221)²³ nos apresenta o seguinte esquema para explicar a anáforas diretas:



O autor explica o esquema argumentando que

um SNa (um sintagma qualquer na função de antecedente) evoca e especifica um referente, sendo que um outro SNb (um sintagma ou um pronome na função de anáfora) apenas correferente e coespecifica mas não introduz algo diverso. Trata-se de uma reativação. O símbolo Ea indica que a especificação referencial é uma só. (MARCUSCHI, 2001, p. 221)

Após compreender-se o termo *retomada anafórica*, é importante que se explore quais são as estratégias utilizadas pelos falantes, em nossos dados, para retomar elementos antecedentes anaforicamente e quais são as motivações que promovem a utilização de cada estratégia. Antes, pois, é importante ressaltar que, essa investigação acerca da retomada anafórica do SN tem como objetivo analisar até que ponto o uso reduzido dos clíticos nos dados influencia na utilização dessas estratégias.

²² CHAGAS, U.; TRAUTWEIN, M. *A retomada anafórica pronominal em textos jornalísticos: fatores motivadores*. Paraná: PUCPR. 2008.

²³ MARCUSCHI, L. A. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. Curitiba: UFPR. 2001.

Segundo Oliveira (2007), as mudanças na posição dos clíticos causaram uma reorganização lexical no sistema de pronomes, de forma que a utilização dos clíticos (*me/te/se/lhe*) cede lugar aos pronomes (*eu/ele/você*), os quais podem, então, aparecer em qualquer posição, inclusive na posição objeto. É interessante notar que a substituição pelos pronomes tônicos não é automática, uma vez que em contexto de verbo pronominal, o verbo deixa apenas de ser pronominal (como no caso de *lembrar*).

Essa mudança no uso dos clíticos estabelece formas alternativas para construção de retomadas anafóricas, provocando a ocorrência de outras estratégias, principalmente na terceira pessoa. Dessa forma, perceberam-se, nos dados coletados, as seguintes estratégias para retomar anaforicamente o SN antecedente – a repetição do SN, utilização de pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos), e o objeto nulo (ON), as quais serão tratadas separadamente a seguir.

2.1. RETOMADA ANAFÓRICA POR REPETIÇÕES

A primeira estratégia de retomada anafórica que será exposta, neste trabalho, é a por repetição. De acordo com Marcuschi (1992)²⁴, a repetição é a produção de segmentos discursivos idênticos – repetição lexical literal – ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo.

Nas sentenças que serão apresentadas neste capítulo, verificou-se uma preferência pela repetição do antecedente nas retomadas anafóricas. Isso significa que, embora existam diversas formas possíveis para se retomar anaforicamente o antecedente no discurso – o uso do clítico, o uso de pronomes tônicos ou, até mesmo, a realização nula do objeto (direto) –, a construção dessas sentenças estimulou o falante a escolher essa estratégia.

Beaugrande e Dressler (1997) *apud* Nóbrega (2010)²⁵ denominam a repetição como uma reiteração de um mesmo elemento em lugares distintos no texto. Eles admitem que a repetição é um fenômeno que pode manifestar-se em vários níveis linguísticos, contudo

²⁴ MARCUSCHI, L. A. *A repetição na língua falada: formas e funções*. Recife: UFPE, tese para Concurso de professor titular em Linguística da UFPE, 1992.

²⁵ NÓBREGA, C. M. P. de S. *Anáfora pronominal e repetição lexical: estudo no contexto da produção textual de 9º ano do ensino fundamental*. Natal: IFRN, 2010.

destacam que a repetição lexical, isto é, a repetição de palavras ou expressões idênticas em um mesmo texto é o recurso mais perceptível da coesão lexical.

Além disso, os autores ressaltam que a repetição lexical é um fenômeno bastante recorrente na fala espontânea, sendo utilizada em situações nas quais o falante precisa reafirmar pontos de vista, transmitir surpresa, negar algo que havia sido afirmado ou quando precisa reiterar aquilo que foi dito, mas interrompido por algum interlocutor. Entrementes, salienta-se que, neste trabalho, a função da repetição lexical é, principalmente, substituir o clítico recomendado pela GT.

Marcuschi (1992) destaca que a repetição não é um vício de linguagem, como muitos autores apontam, mas, sim, uma estratégia de monitoração e um recurso de coesão que auxiliam as atividades de compreensão e produção de informações.

Destarte, identificaram-se, no *corpus* coletado, duas hipóteses que serão, neste trabalho, consideradas como motivadoras para a utilização da retomada anafórica por repetição: (i) a presença do verbo *ter*, principalmente em sentenças existenciais; e (ii) a transposição de traço [- específico] para [+ específico].

2.1.1. Verbo *ter*

Nos dados coletados, percebeu-se uma considerável quantidade de retomadas anafóricas por repetições nas sentenças em que há a presença do verbo *ter*. Desse modo, o que se propõe, neste tópico, é investigar o motivo pelo qual os falantes optaram por repetir os SNs antecedentes em detrimento de utilizar as outras formas de retomada anafórica – basicamente, o pronome pessoal do caso reto; o pronome oblíquo átono; ou a realização nula do elemento anafórico.

Primeiramente, é importante que se conheça o *corpus* coletado, pois ele será a base de toda a análise:

8. (a) [...] Você acaba ficando muito tempo na aula e não **tem** *tempo* pra estudar, ou *tempo* pra fazer o que você quiser.

- (b) A gente estuda, no começo do curso, no primeiro semestre, sobre o *SUS* e aprende bastante coisa, e a gente sabe que o *SUS* **tem** um modelo muito bom.
- (c) [...] **tem** muitas *aulas* que os professores não são tão bons, então os alunos realmente não tiram muito proveito da *aula*.
- (d) [...] Eu acho que várias *matérias* poderiam mudar, que assim, **tem** *matérias* que não precisam de uma carga horária tão grande.
- (e) [...] a gente teve que sair pra comprar *gaze* porque não **tinha** *gaze* no hospital.

De forma a embasar essa investigação, serão utilizadas o estudo de Viotti (2000), publicado no periódico *Fórum Linguístico*²⁶, além de outros estudos como os de Mateus *et al.* (2003)²⁷.

Observa-se que a sentença (8a), retomada a seguir como (9), é composta por três orações: (i) *você acaba ficando muito tempo na aula*; (ii) *e não tem tempo para estudar*; (iii) *ou tempo pra fazer o que você quiser*. Nota-se que o SN *tempo* foi mencionado, pela primeira vez, como adjunto adverbial (AAdv), pela segunda vez como objeto direto (OD) e foi retomado anaforicamente de forma repetida como OD.

9. [...] Você acaba ficando muito *tempo* na aula e não tem *tempo* pra estudar ou *tempo* pra fazer o que você quiser.

Na segunda oração, *(você) não tem tempo pra estudar*, observa-se a presença do verbo *ter*, o qual abre espaço às primeiras reflexões acerca de sua estrutura por meio dos estudos de Viotti (2000). Conforme a autora, embora o verbo *ter* seja semanticamente vazio, sua estrutura originalmente subespecificada passa a se especificar à medida que o verbo se compõe com os outros constituintes da sentença.

Adotando o modelo de análise que recorre à noção de *qualia*²⁸, conforme proposto por Viotti (2000), com base em Pustejovsky (1995)²⁹, consideramos que *esse* posicionamento se esclarece nessa oração, visto que as estruturas *qualia* dos itens lexicais *você* e *tempo*

²⁶ VIOTTI, E. O caso do sintagma nominal das sentenças existenciais. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 2, p. 41-71. 2000.

²⁷ MATEUS, M. H. M. *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

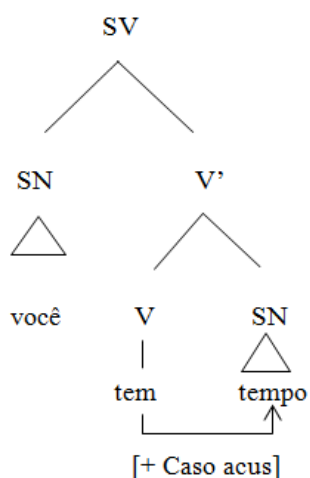
²⁸ Indica as principais características semânticas dos itens lexicais.

²⁹ *Apud* Viotti (2000): PUSTEJOVSKY, J. 1995. *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

especificam a estrutura *qualia* do verbo *ter*, dando ao verbo um sentido semelhante a *possuir*. Dessa forma, os dois argumentos são sintaticamente realizados em posição argumental, *você* ocupando a posição de argumento externo e *tempo* ocupando a posição de argumento interno, sendo, portanto, um verbo transitivo.

Segundo Mateus *et al.* (2003, p. 298), os verbos transitivos diretos são verbos “que selecionam um argumento externo e um argumento interno com a relação gramatical de objeto direto”. Neste caso, nota-se que *você* ocupa a posição de sujeito oculto, *tem* é VT e *tempo* é OD. É importante destacar que, segundo Mateus *et al.* (2003), nas frases com verbo transitivo, a posição de especificador do sintagma verbal (SV) é ocupada pelo argumento externo e o argumento interno recebe Caso acusativo do verbo que o seleciona. Abaixo, será exposta a representação arbórea da oração (*você não*) *tem tempo pra estudar*:

10.



Após se chegar à conclusão de que o verbo *ter* é TD na sentença (9), a proposta seguinte é identificar quais outras formas de retomadas anafóricas seriam possíveis para se realizar a sentença:

11. (a) [...] Você acaba ficando muito tempo na aula e não tem *tempo* pra estudar ou Ø pra fazer o que você quiser.
- (b) ?[...] Você acaba ficando muito tempo na aula e não o tem pra estudar ou (não tem) pra fazer o que você quiser.

(c) *[...] Você acaba ficando muito tempo na aula e não tem ele pra estudar ou (não tem) pra fazer o que você quiser.³⁰

Nota-se que apenas a sentença (11a) é gramatical, visto que ocorre a elipse do SV, o que implica a realização nula do objeto. Por outro lado, em (11b) e (11c), percebe-se a agramaticalidade das sentenças. Verifica-se ainda que o uso do clítico com o segundo verbo *ter* em (11b), gera uma sentença gramatical, embora seja uma estrutura do português padrão: (...) *e não o tem para estudar*; no entanto, em (11c), o uso do pronome tônico gera uma sentença menos aceitável. Nesse sentido, é possível supor que o uso da construção com a repetição é uma alternativa ao uso do clítico e do pronome tônico.

Conforme visto, o verbo *ter* possibilita a construção de sentenças com diversos significados, pois, além de poder ser um VT (8a), também pode construir sentenças existenciais, as quais apresentam apenas argumento interno, sem argumento externo (8b), (8c), (8d) e (8e).

Segundo Viotti (2000), o termo sentenças existenciais é usado para designar sentenças que, em português do Brasil, são construídas com os verbos *ter* e *haver* em sua forma impessoal. Segundo Cunha & Cintra (2001), “na linguagem coloquial do Brasil é corrente o emprego do verbo *ter* como impessoal, à semelhança de *haver*” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 130).

Dessa forma, a partir de agora, a análise que será apresentada focaliza as sentenças existenciais construídas com *ter*, que são predominantes no português falado. Entretanto, é importante ressaltar que as posições assumidas aqui para sentenças com *ter* se aplicam igualmente às sentenças feitas com *haver*.

No que diz respeito às sentenças existenciais, Viotti (2000) também utiliza o modelo de Pustejovsky, porém baseado em uma propriedade da estrutura de evento. Neste modelo, a estrutura de evento – estado, processo e transição – de um item lexical deve conter informações sobre os eventos que o item representa, os subeventos em que esses eventos podem ser divididos e os ordenamentos temporais que se estabelecem entre esses subeventos.

³⁰ O símbolo * está sendo usado como tradicionalmente na Gramática Gerativa para indicar a agramaticalidade de uma sentença.

Verifica-se que, na sentença (8b), aqui retomada como (12), o elemento *SUS* é mencionado pela primeira vez como OD e é retomado anaforicamente assumindo a posição de sujeito dentro de uma oração subordinada substantiva (OSS).

12. A gente estuda, no começo do curso, no primeiro semestre, sobre o *SUS* e aprende bastante coisa, e a gente sabe que o *SUS* tem um modelo muito bom.

Ao tentarem-se outras possibilidades de retomada anafórica, conforme estão expostas abaixo, verificou-se que apenas a retomada como pronome pessoal (13a) foi gramaticalmente aceita. Em (13a) a aceitabilidade da utilização do pronome pessoal para retomar-se anaforicamente o elemento *SUS* já era esperável, visto que o pronome pessoal possui a função de substituir o sujeito, consoante foi apresentado neste trabalho. Em (13b) a agramaticalidade da utilização do pronome oblíquo átono para ocupar a posição de sujeito é explicada pelo fato de pronomes dessa natureza ter a função de substituir objetos. Por fim, em (13c) verifica-se a agramaticalidade da utilização da retomada anafórica por meio da nulidade de sujeito.

13. (a) A gente estuda, no começo do curso, no primeiro semestre, sobre o *SUS* e aprende bastante coisa, e a gente sabe que *ele* tem um modelo muito bom.
(b) *A gente estuda, no começo do curso, no primeiro semestre, sobre o *SUS* e aprende bastante coisa, e a gente sabe que Ø tem um modelo muito bom.

Em geral, consoante Viotti (2000), existe um vínculo entre os subeventos de um item lexical e seus argumentos. O argumento vinculado ao subevento marcado como núcleo assumirá também maior relevância dentro da representação do item lexical e da representação semântica da sentença. Porém, existem predicadores que, em sua entrada lexical, não tem o núcleo do evento previamente marcado, sendo, portanto subespecificado, admitindo por consequência muitas interpretações. Esse fenômeno ocorre na oração *o SUS tem um modelo muito bom*. Dentro desse quadro, pode-se explicar a alternância que existe entre a terceira oração de (8b), aqui retomada como (14a) e a sentença em (14b), em que o mesmo verbo *ter* ocorre como existencial:

14. (a) [...] o *SUS* **tem** um modelo muito bom.
(b) [...] **tem** um modelo muito bom no *SUS*.

Seguindo a explicação do modelo de Pustejovsky, a estrutura *qualia* mostra que o verbo *ter* adquire a significação de *possuir*, *conter*, pela composição das estruturas *qualia* de

seus argumentos. Pelo quale constitutivo, estabelece-se que existe uma conexão entre os argumentos *SUS* e *modelo*. Pelo qualis télico, estabelece-se que a função do argumento *SUS* é possuir o argumento *modelo*. Além disso, em (14a), o argumento externo do verbo aparece na posição de sujeito, indicando que esse subevento foi marcado como núcleo. Por outro lado, em (14b), esse argumento externo do verbo não aparece na posição de sujeito, mas como expressão locativa. Isso significa que o subevento ao qual ele está atrelado não é o núcleo da estrutura de evento, o que permite seu sombreamento.

Na sentença (8d), aqui retomada como (15), verifica-se que o componente *aulas* aparece pela primeira vez como OD e é retomado anaforicamente ocupando a posição de adjunto adnominal (AAdn).

15. [...] **tem** muitas *aulas* que os professores não são tão bons, então os alunos realmente não tiram muito proveito da *aula*.

Nas outras tentativas de retomada anafórica de (8d), exposta a seguir como (16), nota-se que todas as formas foram gramaticais. Em (16a) utilizou-se o pronome possessivo substituindo o termo repetido *aulas*. Em (16b) utilizou-se o pronome oblíquo, mas a expressão verbal ‘tirar proveito de’ foi substituída por ‘aproveitar’, que é um verbo transitivo direto. Por fim, em (16c), utilizou-se a realização nula do AAdn.

16. (a) [...] tem muitas *aulas* que os professores não são tão bons, então os alunos realmente não tiram muito proveito *delas*.
(b) [...] tem muitas *aulas* que os professores não são tão bons, então os alunos realmente não *as* aproveitam.
(c) [...] tem muitas *aulas* que os professores não são tão bons, então os alunos realmente não tiram muito proveito Ø/ aproveitam Ø.

Na sentença (8c), aqui retomada como (17), nota-se que o elemento *matérias* aparece pela primeira vez ocupando a posição de OD e é retomado anaforicamente ocupando a posição também de OD.

17. [...] Eu acho que várias *matérias* poderiam mudar, que assim, tem *matérias* que não precisam de uma carga horária tão grande.

Nas outras tentativas de retomada anafórica dessa sentença, representada a seguir, verificou-se que a agramaticalidade em todas elas. Em (18a), o pronome átono não foi aceito já que a natureza do verbo *ter* é mais coloquial e o pronome átono é mais formal. Em (18b) a retomada por meio da realização nula também gera agramaticalidade. Por fim, em (18c) não foi possível utilizar-se o pronome pessoal tônico, no contexto sintático em que o elemento anafórico ocorre na estrutura existencial, cumprindo função de objeto do verbo *ter*. Conforme observado em Viotti (2000), a estrutura existencial, embora não manifeste um sujeito referencial, tem a posição de objeto direto ativa, o que pode ser confirmado pela possibilidade de usar o clítico acusativo, particularmente com o verbo *haver* (*várias matérias poderiam mudar, (...) e as há que não precisam de uma carga horária tão grande*), uma opção que o PB vernacular não utiliza.

18. (a) [...] *Eu acho que várias *matérias* poderiam mudar, que assim, *as* tem que não precisam de uma carga horária tão grande.
 (b) [...] *Eu acho que várias *matérias* poderiam mudar, que assim, tem Ø que não precisam de uma carga horária tão grande.
 (c) [...] *Eu acho que várias *matérias* poderiam mudar, que assim, tem *elas* que não precisam de uma carga horária tão grande.

Na última sentença (8e), aqui retomada como (19), destaca-se que o SN *gaze* foi mencionado pela primeira vez como OD e retomado anaforicamente por meio de repetição, na segunda vez, também como OD.

19. [...] a gente teve que sair pra comprar *gaze* porque não tinha *gaze* no hospital.

Objetivando-se explorar outras estratégias que poderiam ser utilizadas para retomar o SN *gaze* anaforicamente, o que será exposto em (20), verificou-se a gramaticalidade apenas em (20c) com a realização nula do objeto. A substituição do termo anafórico repetido *gaze* foi não foi aceita pelo pronome oblíquo átono em (20a) nem pelo pronome pessoal em (20b).

20. (a) [...] *a gente teve que sair pra comprar *gaze* porque não **a tinha** no hospital.
 (b) [...] *a gente teve que sair pra comprar *gaze* porque não **tinha ela** no hospital.
 (c) [...] a gente teve que sair pra comprar *gaze* porque não **tinha** Ø no hospital.

Nas análises construídas, observou-se que o verbo *ter* assumiu, basicamente, duas funções, apresentando-se como: (i) VTD, marcando a posição de argumento externo e

argumento interno. Nesse caso, Viotti (2000) apresenta que os estudiosos concordam que o argumento interno recebe Caso acusativo na representação arbórea; Na segunda opção, (ii) o verbo não apresenta sujeito referencial, marcando apenas a posição de argumento interno. Aqui Viotti (2000) cita que há discordância entre alguns autores quanto ao recebimento de Caso acusativo pelo argumento interno. No entanto, conforme ressaltado na discussão anterior, a possibilidade de pronominalização parece restrita ao clítico acusativo e ao verbo *haver*.

Dessa forma, buscando-se explorar a discordância entre alguns autores no que diz respeito à transmissão de Caso acusativo ao argumento interno em sentenças existenciais, Viotti (2000) cita, de um lado, algumas hipóteses que rejeitam a transmissão de Caso – a generalização de Burzio, as propostas de transmissão de Caso desenvolvidas no âmbito do modelo de Regência e Ligação, e a hipótese do Caso partitivo proposta inicialmente por Belletti (1988), e secundamente por Lasnik (1992). De outro lado, a proposta do Programa Minimalista (Chomsky, 1995) para dar conta das sentenças do inglês construídas com o expletivo *there* em posição de sujeito, além de discutir os problemas de se propor a mesma explicação nos dados do PB.

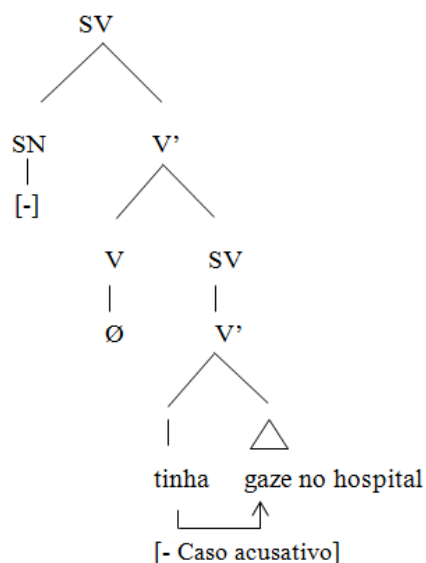
A generalização de Burzio defende que, se o verbo não atribuir papel temático a seu sujeito, não pode atribuir Caso a seu complemento. Portanto, nas sentenças existenciais – que não apresentam argumento externo, apenas argumento interno – o verbo é considerado como inacusativo (Perlmutter, 1978³¹) ou ergativo (Burzio, 1986). Essa postura também é assumida por Mateus *et al.* (2003, p. 518):

Uma vez que a operação lexical de Redução suprime o papel temático externo, o verbo perde a capacidade de legitimar casualmente o seu argumento interno direto, pelo que a forma resultante da operação de Redução tem as propriedades de um verbo inacusativo.

De acordo com essa generalização, Burzio defende, portanto, que, na sentença (8e), por exemplo, ao contrário do que ocorre em (8a), a oração *(não) tinha gaze no hospital*, por não preencher o argumento externo, não pode atribuir Caso acusativo ao argumento interno, já que o verbo *ter* não é portador de Caso. À vista disso, vejamos como se comporta a representação arbórea, de acordo com essa generalização:

³¹ *Apud* Viotti (2000): PERMUTTER, D. *Impersonal passives and the unaccusative hypothesis*. In: Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society. Berkeley Linguistics Society. University of California, Berkeley. 1978.

21.



Segundo Mateus *et al.* (2003), uma frase com um verbo inacusativo distingue-se de uma frase com um verbo transitivo em dois aspectos:

- (i) na representação sintática inicial da primeira, a posição de especificador de SV não está ocupada por nenhum argumento, visto que os verbos inacusativos não selecionam argumento externo; (ii) o SN argumento interno de um verbo inacusativo não recebe Caso acusativo do verbo que o seleciona, uma vez que os verbos inacusativos são deficitários do ponto de vista casual. (MATEUS *et al.*, P. 511)

De forma a resolver os casos afetados por essa generalização, Viotti (2000) cita duas soluções: (i) ou o SN complemento se move para a posição de Spec TP onde se realiza checagem de Caso nominativo; (ii) ou ele permanece em sua posição de Spec TP para checar Caso e é co-indexado com o SN de modo a “transmitir” – transmissão de Caso – a ele o Caso nominativo.

A proposta de transmissão de Caso acredita que o expletivo (por exemplo, no inglês, *there* e *it*) possui traços de Caso nominativo que é transmitido ao associado, já que estão ligados por uma *cadeia*. Viotti (2000) cita que essa proposta também apresenta problemas, pois, nas sentenças em que o associado está em posição pré-copula³², mesmo ligados por uma

³² Termo utilizado por Viotti (2000) para remeter-se à posição pré-verbal.

cadeia, a transmissão de Caso não funciona, tornando a sentença agramatical, como se observa a sentença em inglês (22b)³³:

22. a) *There_i is likely [t_i to be someone_i in the room].*

b) **There_i is likely [someone_i to be in the room].*

Verifica-se que em (22a), que a CADEIA tem três membros: *there*, o vestígio de *there* *t* e *someone*. Destaca-se que *someone* está em posição pós-copula. De acordo com a proposta de transmissão de Caso, o nominativo é transmitido de *there* para *someone* por intermédio do vestígio *t*. Em (22b) também há uma CADEIA entre o expletivo e o associado, porém, *someone* ocupa a posição pré-copula. Neste caso, ao contrário do que se verifica em (22a), a transmissão de Caso não funciona, visto que a sentença é agramatical.

A hipótese do Caso partitivo proposta por Belletti (1988) e Lasnik (1992) defende, com base no paradigma Casual do finlandês – o qual apresenta marcas definidas de Caso –, que os verbos inacusativos são portadores de traços de Caso que devem ser checados contra os traços de seus argumentos internos, os quais carregam traços de um Caso inerente³⁴, o Caso partitivo. Dessa forma, os verbos inacusativos não atribuem Caso acusativo ao SN pós-verbal, mas o Caso partitivo. A atribuição de Caso aos SNs pós-verbais nas sentenças do finlandês se baseia na ideia de definitude: (i) quando o SN pós-verbal tem uma leitura definida, o Caso atribuído é o acusativo; (ii) quando o SN pós-verbal tem uma leitura indefinida, o Caso atribuído é o partitivo.

Outra proposta para resolver a questão do Caso do SN em sentenças existenciais que Viotti (2000) cita é a de Nascimento e Kato (1995). Os autores defendem que o SN “em posição pós-verbal, nessas construções não tem traços de Caso que precisem ser checados porque eles não são argumentos, mas sim predicados” (VIOTTI, 2000, p. 65).

O Programa Minimalista³⁵ tenta resolver os impasses criados pela proposta de transmissão de Caso no inglês, considerando o expletivo *there* puro, portador apenas de traços D. Quando é feito o *merge*³⁶ de *there* com tempo (T), tudo o que o expletivo é capaz de fazer é checar os traços categoriais de D-forte que T tem: ele serve somente para resolver o

³³ Exemplo proposto por Viotti, 2000, pág. 56.

³⁴ *Apud* Viotti (2000): Chomsky (1986) define Caso inerente como aquele associado a um papel temático.

³⁵ CHOMSKY, N. A minimalist program for linguistic theory. MIT occasional papers in linguistics no. 1. Cambridge, MA: Distributed by MIT Working Papers in Linguistics. 1993.

³⁶ “Merge”, segundo SILVA (2009), concatena e combina os itens para transformá-los em objetos sintáticos.

Princípio da Projeção Estendida (EPP)³⁷. O SN associado, por sua vez, já entra na Numeração com traços de caso nominativo. Esses traços de Caso é que vão ser checados contra os traços de Caso em T, por meio da subida do associado em Fórmula Lógica.

Nascimento e Kato (1995)³⁸ propõem que o SN em posição pós-verbal, nas sentenças existenciais, não tem traços de Caso porque não são argumentos, mas sim predicados. Porém, segundo Viotti (2000), essa proposta também não é satisfatória.

Para se explicar a proposta do Programa Minimalista nas sentenças existenciais do PB, é necessário assumir a existência de um expletivo nulo – assim como no inglês – do tipo *it*, visto que possui traços categorias (D), traços de Caso e traços- Φ (terceira pessoa do singular), diferentemente de *there*, que é um expletivo puro carregando apenas traços categorias D.

Dessa forma, de acordo com Martins (2007)³⁹, assim como na gramática do inglês – em que, nas sentenças como o expletivo *there*, o verbo concorda com o SN associado, e, nas sentenças com o expletivo *it*, há a concordância do verbo com o expletivo e não com o SN associado – as sentenças existenciais, no português, possui um expletivo nulo do tipo *it*, visto que, não existe concordância entre o verbo e o SN presente na coda⁴⁰.

Porém, se esse expletivo nulo hipotético é do tipo *it*, ele deve também ter traços de Caso. Desse modo, quando for feito o seu *merge* com a projeção de T, ele vai automaticamente realizar a checagem dos seus traços de Caso de T. Assim, o problema continua, pois os traços de Caso de T foram apagados depois da checagem, e o SN da coda não pode mais checar seus próprios traços de Caso contra os de T. Portanto, segundo Viotti (2000), se não se admitir que o verbo dessas sentenças possui traços de Caso, não se tem como explicar a derivação e a convergência das sentenças existenciais do PB.

Conforme visto, nenhuma das propostas correntes na literatura parece resolver satisfatoriamente a questão do Caso dos SNs presentes na coda das sentenças existenciais. Em

³⁷ Segundo LOPES (2014): o EPP foi inicialmente proposto por Chomsky (1981) e determinava que todas as línguas devem ter sujeitos.

³⁸ NASCIMENTO, M.; KATO, M. A. *O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos*. Revista de estudos da linguagem, Belo Horizonte, ano 4, v.1, n.3, p. 31-74, jan./jun. 1995.

³⁹ MARTINS, M. A. *Os traços formais dos pronomes pessoais nas construções de indeterminação no português do Brasil*. Santa Catarina: UFSC. 2007.

⁴⁰ “Coda” é o nome que tem sido dado para a parte das sentenças existenciais que segue o verbo, desde Milsark (1974).

contrapartida, a hipótese defendida por Viotti (2000) – que também é a hipótese deste estudo – é de que o Caso acusativo é atribuído ao SN pós-verbal nas sentenças existenciais.

Portanto, a hipótese de Viotti (2000) tem alguns pontos a seu favor. Os argumentos que defendem a presença do Caso acusativo nas sentenças existenciais levantados pela própria autora são dois:

- (i) Se existe apenas uma entrada lexical para o verbo *ter*, então, mesmo em sentenças existenciais, esse verbo deve carregar traços de Caso acusativo e deve atribuir esse Caso a algum SN.

Após a análise do *corpus* coletado, de forma a contribuir com o posicionamento de Viotti (2000), chegou-se a mais um argumento:

- (ii) Assim como Viotti (2000), neste trabalho, defende-se que o Caso acusativo é atribuído ao SN pós-verbal nas sentenças existenciais, visto que, em alguns casos, há a possibilidade de retomar o SN antecedente com pronomes átonos mesmo em sentenças existenciais.

A partir desse pressuposto, é possível afirmar que o Caso acusativo, no contexto existencial, não é implementado por meio do clítico acusativo, o que confirma a tendência do PB atual. No entanto, dadas as características estruturais dessa construção, o pronome pessoal tônico não é possível nessa configuração, assim como a realização nula do objeto, o que dá ensejo ao uso da estratégia de repetição. Cabe, portanto, em pesquisa futura, investigar por que essas estratégias são rejeitadas nesse contexto sintático.

2.1.2. A especificidade como fator para a repetição do SN

No *corpus* coletado, observou-se a repetição do SN antecedente em que, diferentemente do que ocorre nas sentenças do tópico anterior, essa repetição é seguida de um modificador. Portanto, a hipótese que se pretende defender é que, quando há a necessidade de se qualificar ou especificar o SN antecedente, há predominância na estratégia de se repetir esse termo.

Marcuschi (1992) ressalta que repetir as mesmas palavras num evento comunicativo não equivale a dizer a mesma coisa. Essa afirmação evidencia que o segmento repetido poderá apresentar certa intencionalidade ou expressar algo novo para que possa ser considerado como uma repetição, em termos de textualização. Em outras palavras, espera-se que a repetição seja produzida para explicar, restringir ou até mesmo qualificar o termo retomado anaforicamente. Consideramos que a observação de Marcuschi (1992) é válida, mas precisa ser relativizada, já que existem contextos em que o falante não tem opção – e a repetição se torna um recurso obrigatório, tendo em vista a discussão anterior, em que, na ausência do clítico, o pronome tônico e a realização nula também não são possíveis.

Dessa forma, observemos o *corpus* que será explorado para a pesquisa deste tópico:

23. (a) E, assim, eu acho que falta *uma gestão*. E, a gente sabe que isso não é só no SUS, é na educação, tantas outras áreas que falta *uma gestão adequada*.
(b) [...] e aqui eu falo você e seus colegas de curso. Ao falar isso, eu gostaria que você tomasse *os colegas que entraram junto com você*.

De modo geral, observa-se que, em todas as sentenças, houve uma repetição seguida de uma qualificação do termo. No entanto, é necessário fazer uma análise mais aprofundada dessas sentenças para se compreender de que forma essas repetições ocorrem e sua frequência na fala brasileira.

Na sentença (23a), aqui retomada como (24), verifica-se que o referente *uma gestão* aparece, pela primeira vez, inserido em uma OSS em posição de sujeito e é retomado anaforicamente pelo elemento *uma gestão adequada* também inserido em uma OSS e ocupando também a posição de sujeito.

24. E, assim, eu acho que falta *uma gestão*. E, a gente sabe que isso não é só no SUS, é na educação, tantas outras áreas que falta *uma gestão adequada*.

A retomada anafórica do antecedente, nessa sentença, ocorreu por meio da repetição do antecedente *uma gestão*, seguida por um adjetivo *adequada*. Segundo Mateus *et al.* (2003), os adjetivos funcionam como modificadores de SNs. O português os admite em posição pós-nominal e em posição pré-nominal. A posição pós-nominal – como é o caso desta sentença – está associada a uma interpretação restritiva, especificadora.

Explorando-se as outras formas de retomar-se o OD *uma gestão* anaforicamente por meio das outras estratégias estudadas aqui neste trabalho, obteve-se a agramaticalidade de todas elas, conforme demonstra as sentenças a seguir. Nota-se que a retomada anafórica do antecedente *uma gestão* pelo pronome oblíquo átono (25a) tornou-se agramatical, visto que o elemento anafórico ocupa a posição de sujeito. Por outro lado, a retomada anafórica pelo pronome pessoal (25b) e pela realização nula do sujeito (25c), geraria sentenças agramaticais, se não houvesse o adjetivo *adequada*.

25. (a) *E, assim, eu acho que falta *uma gestão*. E, a gente sabe que isso não é só no SUS, é na educação, tantas outras áreas que *a* falta adequada.
- (b) *E, assim, eu acho que falta *uma gestão*. E, a gente sabe que isso não é só no SUS, é na educação, tantas outras áreas que falta *ela* adequada.
- (c) *E, assim, eu acho que falta *uma gestão*. E, a gente sabe que isso não é só no SUS, é na educação, tantas outras áreas que falta \emptyset adequada.

Na sentença (23b), aqui retomada como (26), nota-se que o antecedente *você e seus colegas de curso*, ocupando a posição de OD, foi retomado anaforicamente pela oração *os colegas que entraram junto com você*. Destaca-se que o elemento *os colegas* assume duas posições: (i) OD do verbo *tomasse*; e (ii) objeto direto do verbo *tomar*, sendo modificado pela oração adjetiva restritiva.

26. [...] e aqui eu falo *você e seus colegas de curso*. Ao falar isso, eu gostaria que você tomasse *os colegas que entraram junto com você*.

Segundo Cunha & Cintra (2001), as orações subordinadas adjetivas restritivas possuem valor de adjetivo, pois cumprem o papel de caracterizar um substantivo (nome ou pronome) antecedente. Ressalta também que essas orações,

[...] como o nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e como se ligam ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 604)

Segundo Mateus *et al.* (2003), as orações relativas ou determinativas são modificadores nominais. Elas contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal e por isso não podem ser separadas do antecedente por pausas.

Câmara Jr. (2000, p.80) classifica o pronome relativo como uma conjunção subordinativa de tipo especial que, “além de operar a inserção de uma oração em outra, faz algo de que a conjunção não é capaz: representa anaforicamente, a palavra com que a oração se relaciona”.

Após entendermos a estrutura e função modificadora da oração relativa, passemos às tentativas de outras formas de retomada anafórica:

27. (a) *[...] e aqui eu falo *você e seus colegas de curso*. Ao falar isso, eu gostaria que você os tomasse *que entraram junto com você*.
- (b) *[...] e aqui eu falo *você e seus colegas de curso*. Ao falar isso, eu gostaria que você tomasse \emptyset *que entraram junto com você*.
- (c) *[...] e aqui eu falo *você e seus colegas de curso*. Ao falar isso, eu gostaria que você tomasse *eles que entraram junto com você*.

Nota-se em (27) que a substituição de *colegas* pelo pronome oblíquo átono, pela realização nula, pelo pronome tônico é agramatical em todos os casos. Fica evidente, portanto, que a modificação pela oração adjetiva, nesse caso, requer a realização do antecedente por um SN lexical.

2.2. RETOMADA ANAFÓRICA PRONOMINAL

Outra estratégia encontrada, no *corpus* coletado, foi a retomada anafórica por meio dos pronomes pessoal tônico, demonstrativo e possessivo. Nesta seção, objetiva-se analisar as sentenças em que foi recorrente essa estratégia e conhecer as motivações que levaram os falantes a utilizar esse tipo de retomada anafórica.

De acordo com Ferreira e Rabelo (2011)⁴¹, a anáfora pronominal constitui o tipo mais comum de anáfora. Acontece quando um pronome – pessoal, demonstrativo, possessivo, por exemplo – retoma um SN. Entretanto, os pronomes podem ser correferenciais (anáfora direta) se o processo anafórico se realizar por retomada do antecedente, mas também como não

⁴¹ FERREIRA, L. C. V.; RABELLO, L. S. *Anáfora: mecanismo coesivo de referenciação textual*. Rio Grande do Sul: UFRGS. 2011.

correferenciais (anáfora indireta), se o processo anafórico for baseado na utilização de um pronome que atribua novas categorias aos seguimentos do discurso precedente.

Segundo Chagas e Trautwein (2008), as formas gramaticais que exercem função de pronome são um recurso bastante utilizado com os quais interlocutores constroem a cadeia de referentes dos textos. Ressalta-se que, quanto à retomada anafórica por pronominalização, houve uma predominância da utilização do pronome demonstrativo no *corpus* analisado. Os pronomes pessoal e possessivo apareceram apenas uma vez.

2.2.1. Pronome pessoal tônico (do caso reto)

Embora as GTs⁴² prescrevam que o pronome pessoal do caso reto só ocupa a posição de sujeito, os falantes do PB utilizam-no para preencher a posição de objeto. Cyrino (1994) *apud* Oliveira (2007) constata que, desde a segunda metade do século XIX, os pronomes tônicos e os objetos nulos (ON) começam a substituir o clítico acusativo no PB. Este fato, segundo a autora, evidencia uma mudança paramétrica, isto é, uma alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto. Segundo Oliveira (2007), uma das diferenças mais acentuadas entre o PE e o PB encontra-se no fato de apresentar perdas em seu sistema de clíticos objetos, principalmente, o clítico acusativo de 3ª pessoa. Por sua vez, o PE conserva este sistema intacto.

De forma a embasar este trabalho, utilizar-se-á, entre outros, os estudos de Casagrande (2012)⁴³. A autora afirma que os dados de Cyrino (1994) mostraram que o traço de animacidade do antecedente parece ser um fator relevante na substituição dos clíticos acusativos de terceira pessoa pelo pronome pessoal tônico na gramática do PB. É o que ser

2.2.1.1. Pronome *ela* como objeto direto

⁴² Foram consultadas três gramáticas normativas para a construção desse argumento: Cegalla (2000), Cunha & Cintra (2001), Bechara (2004), Faraco & Moura (1997) e Rocha Lima (1985).

⁴³ CASAGRANDE, S. *Restrições de ocorrência do objeto direto anafórico no português brasileiro: gramática adulta e aquisição da linguagem*. In: Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, edição especial n. 6, 2012.

Em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha & Cintra (2001) citam, no tópico *equívocos e incorreções*, que, na fala vulgar e familiar do Brasil, é muito frequente o uso do pronome *ele(s)*, *ela(s)* como OD em frases do tipo: *vi ele*; *encontrei ela*. Porém, os autores defendem que, embora esta construção tenha raízes antigas⁴⁴ no idioma, deve ser hoje evitada.

No âmbito da GT, as formas do pronome pessoal podem ser retas – quando funcionam como sujeito da oração – ou oblíquas – quando funcionam como objeto (direto ou indireto).

No quadro abaixo, extraído da gramática de Cunha & Cintra (2001), pretende-se mostrar a distribuição dos pronomes pessoais no português padrão:

1. Pronomes Pessoais:

		Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos	
			Átonos	Tônicos
Singular	1ª pessoa	Eu	Me	Mim, comigo
	2ª pessoa	Tu	Te	Ti, contigo
	3ª pessoa	Ele, ela	O, a, lhe	Ele, ela
Plural	1ª pessoa	Nós	Nos	Nós, conosco
	2ª pessoa	Vós	Vos	Vós, convosco
	3ª pessoa	Eles, elas	Os, as, lhes	Eles, elas.

Cunha & Cintra. *Nova gramática do português contemporâneo*, 2001, p. 277.

Segundo Bechara (2004)⁴⁵, as formas *eu*, *tu*, *ele*, *ela*, *nós*, *vós*, *eles*, *elas* funcionam como sujeito e são denominados pronomes pessoais do caso reto. A cada um desses pronomes pessoais retos corresponde um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou forma tônica. Ao contrário das formas átonas, as tônicas são sempre precedidas de preposição. Portanto, de acordo com a GT, os pronomes pessoais do caso reto somente podem ocupar a posição de sujeito. Dessa forma, a utilização desses pronomes na retomada anafórica teria que ser necessariamente de um sujeito.

⁴⁴ *Apud* CUNHA & CINTRA (2001): Sobre o emprego do pronome *ele(s)*, *ela(s)* como objeto direto em português arcaico, leiam-se: Epifânio Dias. *Syntaxe histórica portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1953, p. 71; SILVEIRA, *Trechos seletos*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 40 e 50.

⁴⁵ BECHARA, E. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Porém, os dados coletados e alguns estudos⁴⁶ revelam que, diferentemente do que é previsto pela GT, no PB falado há a possibilidade de retomar-se anaforicamente um OD por meio do pronome lexical, ao invés de utilizar-se o pronome clítico. Segundo Oliveira (2007), as mudanças na posição dos clíticos no PB causaram uma reorganização lexical no sistema de pronomes, visto que a oposição de clítico cede lugar para a oposição morfológicamente marcada com caso (*me/te/se/lhe*) e a posição de não clítico cede lugar para a oposição não morfológicamente marcada com caso (*eu/ele/você*). Os pronomes da segunda categoria podem, então, aparecer em qualquer posição, inclusive na posição objeto. Explica-se, assim, como é legitimado, nesse sistema, o pronome tônico *ele/ela* em posição objeto.

Segundo Câmara Junior (2004, p. 96)⁴⁷, “um dos traços mais característicos do PB é o uso de *ele(s) /ela(s)*, como um acusativo; ex.: vejo *ele*, em lugar de vejo-o”. Essa posição também é corroborada por Monteiro (1994, p. 87), segundo a qual “o objeto direto anafórico em português é, além disso e com mais frequência, expresso pelas formas do caso reto *ele(s)* e *ela(s)*, como mais uma tática de fuga aos clíticos *o(s)* e *a(s)*”.

De acordo com a explicação de Câmara Junior (2004):

Deve-se, primeiro, estabelecer que não se trata do emprego do caso-sujeito como um acusativo, mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como os nomes e os demonstrativos. A forma *ele* no português do Brasil deles se aproximou, separando-se do sistema dos pronomes pessoais, onde há uma flexão casual. Diz-se, portanto *ele anda*, *falo a ele*, *vejo ele*, exatamente como *Pedro anda*, *fala a Pedro*, *vejo Pedro*, em vez de – *ele anda*, *falo-lhe* ou *falo a ele* e *vejo-o*, enquanto que para a primeira pessoa, por exemplo, usamos sempre flexões casuais – *eu ando*, *me fala*, ou *fala a mim* e *me vê*. A inovação brasileira é, em última análise, uma inovação de estrutura, dissociando o pronome da terceira pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais. (CÂMARA JUNIOR, 2004, P. 97-98,

Para o autor, por ser fórico⁴⁸, o pronome *ele* possuiria uma função múltipla, diferentemente dos pronomes de primeira e segunda pessoa, os quais são dêiticos e se referem a uma pessoa do discurso. O autor lembra que é preciso considerar também que esse pronome surgiu do pronome demonstrativo latino *ille*, e é por este motivo que ele tem funções tão múltiplas, semelhantes a dos nomes e pronomes demonstrativos.

Vê-se, pois como ele firmou-se como uma forma sintática invariável, que, à maneira dos nomes e dos demonstrativos, pode empregar-se em todos os casos, mesmo no acusativo, onde ele toma o lugar deixado vazio por *o*: temos para o sujeito falante e para o sujeito ouvinte um sistema pronominal – caso sujeito *eu*: caso regime átono

⁴⁶ GOMES, I. S. M. & GONÇALVES, E. *O emprego do pronome lexical como objeto direto*. In: PACHECO, V. S. (Org.) Pesquisa em estudo da linguagem IV. Edições Uesb: Vitória da Conquista, 2007, p. 227-240.

⁴⁷ CÂMARA JUNIOR, J. M. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

⁴⁸ “Fórico” é um elemento que tem como traço categorial a capacidade de fazer referência.

me; caso sujeito você ou senhor: caso regime átono lhe, mas, para a terceira pessoa, a palavra fixa ele, que tanto pode ser um nominativo como um acusativo, exatamente como os nomes e os demonstrativos e, como eles, é introduzido por uma preposição para o dativo (a ele) e o genitivo (dele). (CÂMARA JUNIOR, 2004, p. 100).

Assim como Câmara Junior (2004), Duarte (1989)⁴⁹ entende que o pronome *ele* tenha se colocado na posição de acusativo no PB de forma significativa.

Porém, no *corpus* coletado, observou-se apenas uma ocorrência. A baixa ocorrência de utilização da retomada anafórica por meio do pronome pessoal tônico do caso reto, nos dados coletados para a análise, impede, neste trabalho, que se chegue a alguma conclusão quanto aos aspectos gramaticais motivadores. Por outro lado, esse dado fornece uma hipótese valiosa, pois, ao comparar as ocorrências de retomadas anafóricas por meio dos pronomes, é notável a utilização do pronome demonstrativo de forma preponderante à utilização dos pronomes pessoal do caso reto e possessivo.

Ainda que não se possa chegar a uma hipótese conclusiva sobre as motivações que levaram o falante a utilizar essa estratégia de retomada, é importante que seja conhecida e que se analise a sentença:

28. Olha, a *grade curricular* eu acho *ela* muito cheia.

Nota-se que o falante optou pela retomada anafórica do objeto direto *a grade curricular* por meio do pronome pessoal do caso reto *ela* ocupando a posição de OD.

Os autores Duarte (1989) e Cyrino (1994) mostram, em seus estudos, que um dos fatores condicionantes para a escolha da utilização do pronome pessoal do caso reto no PB é traço [+ animado]⁵⁰ do antecedente. Porém, na sentença em (28), nota-se que o antecedente do elemento anafórico é *grade curricular* – cujo referente é [- animado], opondo-se ao que os autores defendem.

Além do traço de animacidade, Cyrino (1994) sustenta que o traço de especificidade do antecedente também seria relevante. Observando a sentença (28), pode-se afirmar que essa hipótese de Cyrino (1994) explica a escolha pelo preenchimento da retomada anafórica pelo

⁴⁹ DUARTE, E. L. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

⁵⁰ O termo “Animacidade” refere-se a uma característica gramatical dos substantivos com base na natureza sensível ou de vida dos referentes. Pode ser classificado como [+animado] ou [-animado].

pronome pessoal do caso reto, já que o antecedente *a grade curricular* está sendo especificada pelo artigo definido *a*.

As outras formas de retomada anafórica seriam:

29. (a) Olha, *a grade curricular* eu *a* acho muito cheia.
(b) Olha, *a grade curricular* eu acho \emptyset muito cheia.
(c) *Olha, *a grade curricular* eu acho *a grade curricular* muito cheia.

Verifica-se a escolha pela utilização do pronome pessoal do pronome oblíquo em (29a) é aceita. Destaca-se que essa é a forma recomendada pela GT, visto que esse pronome cumpre a função de substituir um OD. A sentença (29b) também é gramatical, já que aceita a realização nula do objeto – no caso, *a grade curricular*. Por fim, observa-se a agramaticalidade em (29c) em que foi utilizada a repetição do SN *a grade curricular*.

2.2.2. Pronome Demonstrativo

Nos dados coletados, foram encontradas retomadas anafóricas com o uso de dois pronomes demonstrativos – *isso* e *essa*. Nesse sentido, Cunha & Cintra (2001) citam que os pronomes demonstrativos são empregados, entre outras funções⁵¹, para lembrar ao ouvinte ou ao leitor, o que já foi mencionado ou o que se vai mencionar – função anafórica.

Segundo Galembeck (2012)⁵², a relação anafórica não deve ser considerada de forma esquemática, como uma simples relação binária entre dois termos. Trata-se, ao contrário, de um processo ligado, por um lado, à construção do texto, sobretudo à construção do tópico, e isso fica claro quando se consideram os casos de introdução de novos referentes (anáfora contextual) e, por outro, à retomada de referentes já citados e à expansão do tópico em andamento (anáfora nominal).

Observemos as sentenças coletadas:

⁵¹ Para aprofundar neste tópico, ver CUNHA, C. & CINTRA, C. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. 2001, p. 328.

⁵² GALEMBECK, P. T. *Os pronomes demonstrativos no português culto (falado e escrito) de São Paulo e do Rio de Janeiro*. Londrina: UEL, 2012.

30. (a) [...] e aqui eu falo você e seus colegas de curso. Ao falar *isso* eu gostaria que você tomasse os colegas que entraram junto com você.
- (b) [...] E demorou muito até perceber que o médico não conseguia englobar essas duas partes, de exercer a Medicina e ao mesmo tempo gerir todo aparato de funcionamento do sistema de saúde, né? Então eu acho que a gestão é a parte principal. Eu acho que é *isso* que melhoraria o sistema de saúde.
- (c) [...] Então eu acho que a gestão é a parte principal. A gente tem matérias pra conversar sobre *isso*, que são as matérias de saúde coletiva, Introdução às Práticas de Saúde, Saúde e Sociedade. Eu não sei se é um pensamento geral. A gente tem matérias pra conversar sobre *isso* [...].
- (d) A nova grade oferece matérias de amplo conhecimento porque são matérias que, na teoria, eram pra ser obrigatórias e agora não são obrigatórias, agora vão passar a ser. E optativas que possam propiciar um melhor aprendizado pra gente e trabalhar melhor o mercado de trabalho. Acho que é *isso*.
- (e) [...] Na Agronomia, o pessoal da UnB visa muito concurso público. Não tem vontade de dar a cara à tapa. Logicamente, tem concursos públicos voltados à extensão rural, que eu acho que é um trabalho muito bacana. Porém não é a visão de todos. A minha é *essa*.

Nota-se que o pronome demonstrativo anafórico preponderante é o pronome *isso*, ocorrendo nas sentenças (30a), (30b), (30c) e (30d), enquanto o pronome *essa* ocorre apenas em (30e). Destaca-se ainda que, em todas as ocorrências, o pronome demonstrativo é utilizado como estratégia para retomar anaforicamente uma ideia anteriormente exposta. Em cada uma das sentenças em (30), destaca-se que os pronomes demonstrativos – *isso* e *essa* – assumem um valor sintético, resumptivo, pois eles compactam toda informação anterior contida no antecedente. Portanto, os termos anafóricos *isso* e *essa* operam, nessas sentenças, como um termo que recapitula e abre um desenvolvimento à ideia apresentada.

Verifica-se que em (30a), o pronome demonstrativo *isso* ocupa a posição de OD, retomando a ideia antecedente, ou seja, a quem o falante se refere (você e seus colegas de curso). Em (30b), o pronome demonstrativo *isso* ocorre em configuração de cópula como núcleo do predicativo, e retoma a ideia anterior de que a gestão cumpre papel essencial nos hospitais. Em (30c), há duas ocorrências do pronome demonstrativo *isso*, ambas na função de objeto da preposição, retomando a ideia da importância da gestão. Em (30d), *isso* também

ocorre em configuração de cópula, como predicativo, e retoma o que foi apresentado sobre a grade curricular do curso. Por fim, em (30e), o pronome demonstrativo *essa* também ocorre em configuração de cópula, como predicativo, e se refere à visão do falante sobre trabalhar de forma ativa no agronegócio, em detrimento do concurso público.

Após a análise dos dados, chega-se à conclusão de que a retomada anafórica utilizando-se o pronome demonstrativo ocorre em vários contextos sintáticos, como um recurso de retomada de uma ideia geral exposta anteriormente. Na posição de objeto direto, essa ideia se apresenta de forma compacta, diferentemente do que ocorre com o pronome pessoal. Portanto, o falante fica impossibilitado de usar as outras formas de retomada anafórica – por repetição, por pronomes pessoais, ou por nulidade – já que não se pretende retomar apenas uma palavra, mas uma ideia.

2.2.3. Pronome Possessivo

No *corpus* coletado, foi encontrada apenas uma ocorrência de retomada anafórica com pronome possessivo. Observe a sentença:

31. Eu acredito que se fizesse alguma coisa com referência à Medicina na UnB seria voltado ao HUB em si, né? [...] Que tem os *seus* problemas também.

Segundo Cunha & Cintra (2001), os pronomes possessivos acrescentam à noção de pessoa gramatical uma ideia de posse. São, de regra, pronomes adjetivos, equivalentes a um AAdn antecedido de preposição *de*, mas podem empregar-se como pronomes substantivos. Além disso, ele concorda em gênero e número com o substantivo que designa o objeto possuído; e em pessoa, com o possuidor do objeto em causa.

Nota-se que na oração *que tem os seus problemas também*, o sujeito é HUB, porém encontra-se oculto. Além disso, há a presença do pronome possessivo *seus* referindo-se aos problemas que o *HUB* possui.

2.3. RETOMADA ANAFÓRICA COM CATEGORIA VAZIA DE OBJETO

No *corpus* coletado, observou-se mais uma forma de retomada anafórica – o Objeto Nulo (ON). Dessa forma, o objetivo deste tópico é investigar em quais sentenças há a realização nula do objeto, além de entender a motivação que determina a utilização dessa estratégia.

Objetivando-se um embasamento teórico consistente, recorrer-se-á, entre outros, aos estudos de Cyrino (1994). A autora assevera que “ao estudar a mudança linguística ocorrida no PB, observa-se que os objetos nulos estão presentes nos dados diacrônicos do PB desde o século XVI, isto é, desde a chegada da língua portuguesa ao Brasil.” (CYRINO, 1994, p. 2).

A fim de entender esse fenômeno de retomada anafórica na língua portuguesa falada no Brasil, faz-se necessário compreender o que é o ON, bem como a estrutura das sentenças que favorecem a sua utilização. Embora a GT afirme que os pronomes oblíquos são aqueles que funcionam como complemento do verbo e devem ser empregados para substituir as pessoas do discurso em contextos de retomada anafórica ou de realização dêictica, conforme mencionado anteriormente, observa-se que, na fala brasileira, há uma tendência a evitar o emprego dos pronomes oblíquos, principalmente dos clíticos acusativos *o*, *a*, *os*, *as* – uma situação que se confirma nos dados coletados.

Segundo Cyrino e Reich (2002, p.9)⁵³, os objetos nulos linguísticos “se definem negativamente, no caso, por uma “carência” na estrutura superficial da oração: objetos previstos na projeção estrutural do verbo não são expressos no enunciado linguístico”. Por meio desse estudo, pretende-se mostrar, a partir da análise das sentenças, a incidência da utilização do ON, bem como os fatores que favorecem o seu uso no PB corrente.

De modo a entender esse fenômeno, serão expostas as sentenças seguidas da análise a fim de que se esclareça essa ocorrência cada vez mais frequente na fala dos brasileiros.

32. (a) Eu acabo lembrando *de algumas coisas...* Mas difícil de lembrar Ø assim, de repente...

⁵³ CYRINO, S. M. L. & REICH, U. *Uma visão integrada do objeto nulo no português brasileiro*. Romanistisches Jahrbuch 52: 360-361. 2002.

- (b) *Aparelhos* estão constantemente quebrados, não são consertados. Também não são substituídos... Demora muito tempo pra trocar Ø.
- (c) Falta mais coisa voltada *pra engenharia*, apesar de não ser [...] Formaremos, né, engenheiros agrônomos... Vamos criar Ø, mas falta algo de engenharia.
- (d) Em alguns países europeus *a carga horária é reduzida* pra que o aluno tenha tempo pra estudar sozinho, e eu acho que a gente devia adotar Ø aqui.
- (e) Aí a gente traz *a galera* pro Calet, aí faz perguntas Ø.

Cyrino (1994) afirma que o PB pode apresentar ON quando o antecedente é um SN não específico ou não referencial. Além disso, defende que, quando o antecedente é [-animado], o PB apresenta ON.

Posto esse argumento, objetiva-se, a partir de agora, a análise das sentenças coletadas. Portanto, nota-se a sentença em (32a), aqui retomada como (33):

33. Eu acabo lembrando *de algumas coisas*. Mas difícil de lembrar Ø assim, de repente...

Na sentença, além da ausência do clítico codificador da realização pronominal do verbo, conforme foi visto no primeiro capítulo, observa-se a ausência de objeto na retomada anafórica na segunda ocorrência do verbo *lembrar*. Observa-se que o antecedente *algumas coisas* é [- específico] e [- animado], corroborando os argumentos de Cyrino (1994) e Neves (2000).

Para identificar se há alguma outra forma de retomada anafórica, destacam-se as sentenças a seguir:

- 34. (a) Eu acabo lembrando *de algumas coisas*. Mas difícil de lembrar *algumas coisas* assim, de repente...
- (b) Eu acabo lembrando *de algumas coisas*. Mas difícil de lembrá-las assim, de repente...
- (c) ?Eu acabo lembrando *de algumas coisas*. Mas difícil de lembrar *elas* assim, de repente...

Nota-se que todas as formas de retomada anafórica – repetição (34a), clítico (34b) e pronome forte (34c) – são aceitas. Portanto, a análise confirma a hipótese de Cyrino (1994) e

Neves (2000) de que o fato do antecedente, *algumas coisas*, ser [- específico] e [- animado] determina a utilização do ON.

Considere-se a sentença (32b), aqui retomada como (35).

35. *Aparelhos* estão constantemente quebrados, Ø não são consertados. Também Ø não são substituídos... Demora muito tempo pra trocar Ø.

Nota-se que o antecedente dos verbos *consertar*, *substituir* e *trocar* é o sujeito da primeira oração, *aparelhos*. É interessante notar que a opção do falante de retomá-lo anaforicamente é pela realização nula – seja como sujeito, seja como objeto direto. Observa-se também que o sujeito *aparelhos* é [- específico] e [- animado], corroborando a hipótese citada.

Destacam-se outras formas de retomada anafórica pela realização nula do pronome a seguir:

36. (a) *Aparelhos* estão constantemente quebrados, *eles* não são consertados. Também eles não são substituídos... Demora muito tempo pra trocá-los.

(b) *Aparelhos* estão constantemente quebrados, *eles* não são consertados. *Eles* também não são substituídos... Demora muito tempo pra trocar *eles*.

(c) *Aparelhos* estão constantemente quebrados, **aparelhos* não são consertados. **Aparelhos* também não são substituídos... ?Demora muito tempo pra trocar *aparelhos*.

Considerando-se a posição de OD, observa-se que a retomada anafórica pelo clítico (36a) ou por meio do pronome pessoal do caso reto (36b) é gramatical na fala do PB, porém o falante não optou por sua utilização. Para explicar isso, utiliza-se, neste trabalho, a mesma hipótese de Cyrino (1994) e Neves (2000): o antecedente [- específico] e [- animado] favorece a utilização do ON.

Por fim, em (36c) há duas observações a serem feitas. Primeiramente, a utilização pela repetição da retomada anafórica do sujeito *aparelhos* também em posição de sujeito é agramatical – do ponto de vista pragmático, não caberia essa repetição, a menos que houvesse alguma motivação estilística, baseada na ênfase. Porém, na posição de OD, a retomada

anafórica com a repetição poderia ser aceita, especialmente porque a ocorrência do termo antecedente está separada por outras orações.

O enunciado em (32c), retomado a seguir como (37), é um caso semelhante.

37. Falta mais coisa voltada pra *engenharia*, apesar de não ser [...] Formaremos, né, engenheiros agrônomos... Vamos criar Ø, mas falta algo de engenharia.

No dado *Vamos criar Ø*, não há antecedente para a posição de objeto do verbo *criar*. Cyrino e Reich (2002) afirmam que objetos nulos altamente universais ocorrem em empregos nos quais contextos de conhecimento cultural identificam o referente da estrutura semântica que assim fica prescindível no enunciado linguístico. Neste caso, o referente do objeto a que se refere o verbo *criar* está condicionado ao contexto de conhecimento cultural do referente. Dessa forma, é importante saber que o falante da frase cursa agronomia e que os agrônomos, dentre outras funções, criam técnicas que melhoram os resultados da agropecuária. Portanto, é possível preencher a posição com um genérico *Vamos criar algo*.

A retomada pelo clítico ou pelo pronome tônico (*Vamos criá-lo/a*; *Vamos criar ele/a*) também não seria possível, pois se perderia o conteúdo referencial do enunciado, uma vez que tais categorias requerem a correferencialidade com um antecedente, o qual, conforme vimos, não está expresso. O uso do pronome demonstrativo também seria excluído *Vamos criar isso*, pela mesma razão.

Analisemos a seguir a sentença (32d), aqui retomada como (38):

38. Em alguns países europeus, *a carga horária é reduzida* pra que o aluno tenha tempo pra estudar sozinho, e eu acho que a gente devia adotar Ø aqui.

Observa-se que, nessa sentença, o antecedente não é apenas *a carga horária*, mas a ideia de uma *carga horária reduzida*. Observe que, embora esse sujeito seja [- animado], ele é [+ específico], pois além de haver a presença do artigo definido *a*, existe um predicativo o qualificando.

Nota-se que essas características corroboram com a afirmação dos estudiosos Menuzzi e Creus (2005), visto que afirmam que antecedentes [- animado], sejam eles [+ específico] ou [-específico], quase que categoricamente, requerem o uso de objetos nulos.

Na tentativa de utilizarem-se outras formas de retomada anafórica, obteve-se:

39. (a) Em alguns países europeus, *a carga horária é reduzida* pra que o aluno tenha tempo pra estudar sozinho, e eu acho que a gente devia adotá-la aqui.
- (b) Em alguns países europeus, *a carga horária é reduzida* pra que o aluno tenha tempo pra estudar sozinho, e eu acho que a gente devia adotar *ela* aqui.
- (c) Em alguns países europeus, *a carga horária é reduzida* pra que o aluno tenha tempo pra estudar sozinho, e eu acho que a gente devia adotar *a carga horária reduzida* aqui.

Observa-se que a utilização da retomada anafórica por meio do clítico (39a), do pronome pessoal do caso reto (39b) e da repetição anafórica (39c) foi aceita nas sentenças. Porém, mesmo com essas estratégias, o falante preferiu utilizar o ON, corroborando a ideia de Menuzzi e Creus (2000), e a proposta inicial de Cyrino.

Por fim, na sentença (32e), aqui retomada como (40), temos o seguinte.

40. *Aí a gente traz a galera pro Calet, aí faz perguntas* Ø.

Verificou-se que, na oração *Ø faz perguntas*, há a presença do VTDI (faz), do OD (perguntas); porém, a ausência de sujeito (a galera) e de OI (a galera). Embora o OI seja [+ específico] e [+ animado], sua retomada anafórica foi realizado por meio do ON.

Segundo Berlinck (1999)⁵⁴, o nulo anafórico é uma nova possibilidade de expressão no processo de mudança relacionada com a restrição do uso do clítico dativo, ou seja, a diminuição acentuada do uso do clítico dativo – principalmente os OIs de 1ª e de 3ª pessoa, sendo mais significativos com os OIs de 3ª pessoa – está diretamente relacionada com o aumento substancial da ocorrência do nulo anafórico.

As tentativas de retomada anafórica são:

41. (a) *Aí a gente traz a galera pro Calet, aí lhe faz perguntas*.
- (b) *Aí a gente traz a galera pro Calet, aí faz perguntas para a galera*.
- (c) *Aí a gente traz a galera pro Calet, aí lhe faz perguntas para ela*.

⁵⁴ BERLINCK, R. *Complementos preposicionados no português paulista do século XIX*. IV Seminário do projeto para a história do português brasileiro. Teresópolis, RJ, 1999.

Quanto à retomada anafórica do OI, observa-se que, na sentença (41a), há a utilização do clítico átono *lhe*, retomando o antecedente *a galera*. Em (41b) a repetição do antecedente. Por fim, o uso do pronome pessoal (41c) causa estranheza, corroborando com o posicionamento de Berlinck (1999), segundo o qual defende que a diminuição acentuada do uso do clítico dativo é mais significativo com os OIs de 3ª pessoa.

CAPÍTULO 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de todos os dados, chegou-se a algumas conclusões interessantes acerca da distribuição de clíticos, pronomes tônicos, nulos, expressões lexicais em contexto de complementação no PB. Embora alguns estudos afirmem que a utilização do clítico, recomendada pela GT, apresenta baixa ou nenhuma produtividade, foram encontradas estruturas (verbos pronominais, recíprocos e IIS) que favorecem a sua utilização.

Nos dados analisados no primeiro capítulo, notou-se a ocorrência dos clíticos em sete sentenças e sua ausência em seis. No que diz respeito à presença dos clíticos, concluiu-se que a proeminência do pronome *se* em sentenças que apresentam o verbo pronominal nos estudos de Galves e Abaurre (1996) se confirma também neste trabalho, já que, no total de sete sentenças em que ocorrem clíticos, seis possuem verbos pronominais. No entanto, em quatro sentenças que possuem verbos pronominais, não ocorreu a presença dos clíticos. Em duas delas, há verbo pronominal *lembrar-se* inserido em estrutura de locução verbal e, nas outras duas, há o verbo pronominal *formar-se* inseridos em estrutura simples.

Além do verbo pronominal, a partícula negativa também foi considerada como fator favorecedor do uso de clíticos, visto que, nas três sentenças em que existe negação e contexto para a ocorrência dos clíticos, essa categoria é utilizada, mesmo com verbos diferentes. Inversamente, não há nenhum caso em que o clítico é omitido na presença da negação.

No que diz respeito à posição dos clíticos na estrutura frasal, destaca-se que a próclise ocorreu em 100% dos casos em que há a presença dos clíticos. Essa conclusão corrobora as previsões dos estudos gramaticais e sociolinguísticos, os quais apontam que, no PB, há uma predominância da utilização dos clíticos em posição proclítica.

No que diz respeito à ausência dos clíticos, verificou-se tal situação em três casos: (i) com a locução verbal, (ii) com o verbo *formar-se* e (iii) com a frase imperativa. Concluiu-se que a presença de locuções verbais em frases com o verbo pronominal *lembrar-se* não favorece a utilização de pronome, já que nas duas locuções verbais que possuem esse verbo pronominal, não há a presença do clítico, embora haja uma ocorrência de locução verbal com o clítico. Quanto aos verbos recíprocos, observou-se uma ocorrência de clítico no verbo *entrosar* e uma ausência no verbo *conhecer*. A hipótese proposta baseou-se na natureza desses

verbos, já que o verbo *conhecer*, diferentemente de *entrosar*, é amplamente utilizado como VTD, por isso, a ausência do clítico permite uma leitura transitiva para o verbo, por um lado, ou uma harmonização com a estrutura envolvendo o verbo *entrosar*, em que ocorre a cliticização, configurando-se como verbo reflexivo recíproco.

Por fim, embora haja apenas uma ocorrência de frase imperativa, desenvolveu-se uma hipótese baseada nos estudos de Scherre (2007) e Scherre *et al.* (2007). Dois fenômenos foram notados: (i) a mudança do verbo *deixe* por *deixa*; e (ii) a substituição do pronome oblíquo *me* pelo pronome pessoal do caso reto *eu*. Quanto ao primeiro caso, a hipótese utilizada é baseada na reanálise que promoveu a inserção do pronome *você* no sistema. Quanto à substituição do pronome oblíquo *me* pelo pronome pessoal do caso reto *eu* é devido ao fato de que o PB usar o pronome reto na estrutura causativa.

No segundo capítulo, foram analisadas a repetição do SN, a utilização de pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos), e o ON como estratégias de retomada anafórica ou de realização da posição de complemento do verbo, visto que a mudança em relação ao uso de clíticos estabelece formas alternativas, principalmente de terceira pessoa.

No que diz respeito à retomada anafórica por repetição, foram identificaram duas hipóteses consideradas como motivadoras para a sua utilização: (i) a presença do verbo *ter*, principalmente em sentenças existenciais e (ii) a transposição de traço [- específico] para [+ específico]. No caso das sentenças existenciais com o verbo *ter*, discutiu-se a respeito da transmissão de Caso acusativo ao SNs pós-verbal. Embora haja discordância entre os autores, a hipótese defendida neste trabalho corrobora o posicionamento de Viotti (2000) no sentido de que o Caso acusativo é atribuído ao SN pós-verbal nas sentenças existenciais – já que, na maioria das tentativas de retomada anafórica, houve a possibilidade de retomar o SN antecedente com pronomes átonos. No caso da repetição seguida por um modificador, a conclusão foi que, quando há a necessidade de se qualificar ou especificar o SN antecedente, há uma predominância da estratégia de se repetir o termo antecedente.

Na retomada anafórica por pronome, destacou-se que houve apenas uma ocorrência de retomada anafórica por meio de pronome pessoal e uma por meio de pronome possessivo. Por outro lado, observou-se a ocorrência de cinco sentenças com pronome demonstrativo. Embora essa baixa ocorrência de pronomes pessoal e possessivo tenha dificultado conclusões a respeito dos aspectos gramaticais motivadores, forneceu a conclusão de que a utilização do

pronome demonstrativo em retomadas anafóricas não é equivalente aos contextos de uso dos pronomes pessoal do caso reto e do possessivo.

Por fim, na retomada anafórica por meio da categoria vazia de objeto, utilizou-se a mesma hipótese de Cyrino (1994) e Neves (2000), segundo a qual o antecedente [- específico] e [- animado] estimula a utilização do ON.

Diante dos resultados alcançados, conclui-se que o estudo da anáfora pronominal e das categorias que a realizam deve levar em conta a análise da estrutura em que ocorrem, considerando-se aspectos sintáticos, semânticos e informacionais. Nesse sentido, este trabalho é um ponto de partida para estudos futuros que considerem tais questões de forma mais ampla e detalhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, I. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- _____. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BERLINCK, R. *Complementos preposicionados no português paulista do século XIX*. IV Seminário do projeto para a história do português brasileiro. Teresópolis, RJ, 1999.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CARDOSO, G. C. & CIPRIANI, L. D. *A gente concorda ou discorda? O ensino superior e a concordância verbal*. Brasília: UNB, 2014.
- CASAGRANDE, S. *Restrições de ocorrência do objeto direto anafórico no português brasileiro: gramática adulta e aquisição da linguagem*. In: Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, edição especial n. 6, 2012.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAGAS, U.; TRAUTWEIN, M. *A retomada anafórica pronominal em textos jornalísticos: fatores motivadores*. Paraná: PUCPR. 2008.
- CHOMSKY, N. A minimalist program for linguistic theory. MIT occasional papers in linguistics no. 1. Cambridge, MA: Distributed by MIT Working Papers in Linguistics. 1993.
- CREUS, S. & MENUZZI, S. *Sobre o papel do gênero na alternância entre objetos nulos e pronomes plenos em português brasileiro*. Rio Grande do Sul: PUCRS. 2005.
- CYRINO, S. M. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático - diacrônico*. 1994. 217 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Linguística, Universidade de Campinas. São Paulo. 1994.
- CYRINO, S. M. L. & REICH, U. *Uma visão integrada do objeto nulo no português brasileiro*. Romanistisches Jahrbuch 52: 360-361. 2002.
- DUARTE, E. L. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- FERREIRA, L. C. V.; RABELLO, L. S. *Anáfora: mecanismo coesivo de referência textual*. Rio Grande do Sul: UFRGS. 2011.
- GALEMBECK, P. T. *Os pronomes demonstrativos no português culto (falado e escrito) de São Paulo e do Rio de Janeiro*. Londrina: UEL, 2012.

GALVES, C. *O enfraquecimento da concordância no português brasileiro*. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

GOMES, I. S. M. & GONÇALVES, E. *O emprego do pronome lexical como objeto direto*. In: PACHECO, V. S. (Org.) *Pesquisa em estudo da linguagem IV*. Edições Uesb: Vitória da Conquista, 2007, p. 227-240.

HORA, K. F. P. N. A. da. *O processamento da correferência pronominal anafórica em estruturas complexas do português brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 2014.

LOBO, T. *A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão*. In: SILVA *et al.* (Orgs.) *O Português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA, 2002.

LUFT, C. P. *Dicionário Prático de Regência Verbal*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *A repetição na língua falada: formas e funções*. Recife: UFPE, tese para Concurso de professor titular em Linguística da UFPE, 1992.

_____. *A Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. Curitiba: UFPR, 2001.

MARTINS, A. M. A. *Os traços formais dos pronomes pessoais nas construções de indeterminação no português do Brasil*. Santa Catarina: UFSC, 2007.

_____. *A posição dos pronomes pessoais clíticos*. Gramática do Português, organizada por Eduardo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar, Maria Antónia Mota, Luísa Segura & Amália Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2231-2302. 2013.

MATEUS, M. H. M. *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, R. V; MACHADO FILHO, A. V. L. *Entre duas diásporas: o português e as línguas africanas no Brasil*. In: OLIVEIRA, K. *et al.* (Orgs). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009. 329 p.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NASCIMENTO, M.; KATO, M. A. *O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos*. Revista de estudos da linguagem, Belo Horizonte, ano 4, v.1, n.3, p. 31-74, jan./jun. 1995.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NÓBREGA, C. M. P. de S. *Anáfora pronominal e repetição lexical: estudo no contexto da produção textual de 9º ano do ensino fundamental*. Natal: IFRN, 2010.

NUNES, J. *Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro*. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA, S. M. *Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. vol. 5, n. 9. 2007.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PUSTEJOVSKY, J. *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass: The MIT Press. In: VIOTTI, E. O caso do sintagma nominal das sentenças existenciais. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 2, p. 41-71. 2000.

ROCHA, R. M. *Morfossintaxe de Caso nos Pronomes Pessoais do PB/MG atual*. Tese (Mestrado em Linguística Teórica Descritiva). Departamento em Linguística, Universidade de Minas Gerais, 2010.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SCHERRE, M. M. P. *Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro*. São Paulo: Alfa, 2007.

SCHERRE *et al.* *Reflexões sobre o imperativo em português*. Brasília: UNB. 2007.

VIOTTI, E. O caso do sintagma nominal das sentenças existenciais. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 2, p. 41-71. 2000.